João Camilo de
Oliveira Torres

O ELOGIO DO CONSERVADORISMO

e outros escritos

ORGANIZAÇÃO
Prof. Daniel Fernandes

PREFÁCIO
Bruno Garschagen

O Elogio do Conservadorismo

e

outros escritos

João Camilo de Oliveira Torres

O Elogio do Conservadorismo
e
outros escritos

João Camilo de Oliveira Torres

Prefácio de Bruno Garschagen

Organização de Daniel Fernandes

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à família de João Camilo de Oliveira Torres por conceder prontamente a permissão para a publicação desta obra. Estendemos nossos sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para que conseguíssemos levar este projeto a sua bem-sucedida conclusão, em especial aos nomes que seguem:

Adalberto de Queiroz
Alexandre Ademar Alves
Alexsandro Oliveira
Anderson Gustavo
André Gustavo Thomaz Peixoto
Arthur Rizzi Ribeiro
Artur Duarte Pinto
Augusto Carlos Pola Júnior
Bruno Marinho
Bruno Zampier
Caio Augusto Limongi Gasparini
Caio Cesar Tourinho-Marques
Caio Faria da Fonseca
Carlos Alexander De Souza Castro
Carlos Eduardo C. Ribeiro Machado
Carlos Eduardo de Aquino de Pádua
Carlos Eduardo Neves
Cesar Claudio Gordon
Cláudia Makia
Cristiano Lima
Daniel Gurjão
Daniel R. Medeiros
Danilo Bessa
Danilo Rehem
Danilo Soares
Débora Paulino
Diego Paes
Diogo Fontana
Edilson Rosa
Elpídio Fonseca
Êmerson Pereira
Eric Cari Primon
Érick Luiz Wutke Ribeiro
Evandro Ferreira
Everaldo Uavniczak
Fábio Borges de Moura
Fabio Furtado Pereira
Fabio Furtado Pereira
Fábio Salgado de Carvalho
Fátima Torres
Felipe Leite Acciaris Ribeiro Dias
Félix Ferrà

Filipe Catapan
Frank Costa cavalcante
Frederico Cutty
Ganja Legalaize
Gelson Silva
Gio Fabiano Voltolini Jr.
Gracian Li Pereira
Guilherme Batista afonso Ferreira
Guilherme Ferreira Araújo
Gustavo Correa
Gustavo De Pinho Oliveira
Hermano Zanotta
Ithana Macedo Barbosa
Jefferson Zorzi Costa
João paulo Melo Guedes
João Paulo O. Hansen
Jonathan de A. F. Nascimento
José Armando Vinagre Delarovere
José Francisco Lemos Oliveira
Josuel Dos Reis Muniz
Julia Fernandes Bosselmann
Julian Ritzel Farret
Ken Bansho Neto
Leonardo Domingos Fonseca
Leonardo Ferreira Boaski
Leonardo Lindbergh
Leonardo Loyola de Lima
Lucas Belussi
Lucas Henrique Silva Morais
Lucas Lacerda
Lucas Rodrigues Azambuja
Luciano Pires
Luís Felipe de Aguiar Tesheiner
Luiz Gustavo Fonseca Lourencetti
Lútio Cândido
Marcello Tostes Pacheco de Mello Jr.
Marcelo Assiz Ricci
Márcio Elton
Márcio Ribeiro Borges
Marcos E. P. Zurita
Marina Pessini
Mário Gentil
Markian Kalinoski
Mateus Oliveira Cruz
Matheus Arceno Felicio
Matheus Noronha Sturari
Matheus Regis
Mauricio Marques Canto
Maycon Casado
Moreno Garcia e Silva
Nestor Visintim Filho
Orlando Tosetto Júnior
Ovidio Rovella
Paulo Roberto Almeida
Paulo Roberto Silla Salvático
Pedro Casassola
Pedro Chudyk Huberuk
Pedro Machado
Peterson Henrique Freitas
Philippe S. Nizer
Pietro Aires
Rafael Sperb
Reinaldo Luís Gramkow
Roberto Cajaraville
Roberto Smera
Rodolfo da Costa Galiza
Rodrigo De Menezes
Rogério Malgarezi

Ronald Pinheiro
Rubens Bastos
Rubens Rodrigues
Silvia Emilia de Jesus B. da Cunha
Sílvio de Rodrigues
Talles Diniz Tonatto
Telmo Bezerra de Menezes Diniz
Tharsis Madeira
Thiago Amorim Carvalho
Túlio Sampaio
Victor Menezes
Vinicius Pedrosa Botelho
Wagner Cavalcante Peixoto
Wellington Silva Santos
Wilson Chagas

Índice

Parte II - Espírito e Cultura

Apresentação

Daniel Fernandes*

Homem culto, impregnado do espírito universitário, cujos atributos Newman tão exatamente caracterizou — liberdade, equilíbrio, calma, moderação e sabedoria —, João Camilo de Oliveira Torres personificou como ninguém o espírito conservador entre nós brasileiros. Sua visão da vida era essencialmente interina. A percepção da eterna mutação das coisas sempre o perseguiu. Foi, quiçá, por isso que procurava, com angústia, formas de estabilidade e escrevia tantas vezes que "ser é persistir." Tal visão também estava na origem de suas convicções monárquicas. Algo deve permanecer no Estado, sempre.

Esquecido, permaneceu durante décadas à espera de ocasião de ser novamente indagado, lido e ouvido. Sua obra jazia desconsiderada. O esquecimento em que submergiu seu nome é o mesmo que apaga pouco a pouco, inexplicavelmente, entre nós, a lembrança de todas as grandes inteligências deste país. Era reconhecidamente um espírito aberto, um anti-especialista, de um gênero que talvez seja necessário defender no mundo em que vivemos. Homem de interesses intelectuais múltiplos, nada fugia à sua inteligência privilegiada. Estudou Filosofia para resolver problemas de História, e História para enfrentar problemas de Filosofia. E como cidadão tentou, naturalmente, dar sua colaboração para o bem comum: acabou escrevendo livros de Política e filosofou sobre ela. História, Política, Religião, Sociologia, Filosofia, foram os temas que tratou. Rechaçou o especialismo exagerado; costumava dizer que preci-

* Professor de História e Filosofia na rede estadual do Rio de Janeiro e coordenador editorial da editora Arcádia.

samos de homens que sejam verdadeiros filósofos, de sábios em estilo antigo. Dentro de uma moldura geral de fundo tomista, João Camilo sofreu, sucessivamente, influências de Duns Scoto, Francisco Suárez, Berdiaev, Maritain, Guardini, e de certos autores da escola alemã moderna, principalmente, Max Scheler e Karl Jaspers.

Um dos pensadores e escritores mais prolíficos da história intelectual brasileira, João Camilo escreveu muito, escreveu sempre. Foi um verdadeiro grafómano. Tem dezenas de livros publicados e outros ainda inéditos. Também deixou inúmeros artigos dispersos em jornais e revistas. Um material de grande valor, que até pouco tempo atrás, encontrava-se culturalmente esquecido. Além de escritor, historiador, professor e funcionário público, foi também jornalista. Deficiências de ordem pessoal e a pobreza do meio fizeram-no um jornalista de horas vagas. Escreveu em todos os jornais possíveis e imagináveis. Foi colaborador certo da revista Vozes, dos franciscanos de Petrópolis. Escreveu muito tempo na revista A Ordem, do centro D. Vital. Era colaborador assíduo do Estado de São Paulo e teve, bem jovem ainda, um rodapé em O Jornal, do Rio. Mais tarde, escreveu muito tempo na Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda e foi colaborador do Correio do Povo.

A propósito, vale lembrar que, durante boa parte do século XX, parcela considerável da vida intelectual nacional, gravitou em torno da imprensa, que se constituía numa das principais instâncias de produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais. Muitas figuras da inteligência brasileira, ao longo de várias décadas, encontravam-se nas redações. Mais do que um ambiente de profissionais especializados, a redação era um foco dinâmico da vida intelectual, lugar de discussão e de convivência. Como vários outros de sua época, João Camilo também estava fadado ao conflito entre a tarefa da sobrevivência concreta no dia a dia e o cultivo da mente pelo bem comum, pressionado pelo lado prático da vida, pela necessidade de ganhar a cada dia seu sustento; entre o cotidiano humilde e o sublime esforço de superar pela obra intelectual o limite medíocre do tempo comum.

Esta coletânea da editora Arcádia reúne artigos, alguns inéditos, outros originalmente publicados em jornais, revistas e livros hoje nem sempre de fácil consulta. Longe está de nós, leitor, a pretensão de que esta seja um trabalho completo. Esperamos, contudo, que o presente volume preencha, em particular, uma grande lacuna no que se refere à tradição conservadora no Brasil e estimule um novo interesse pela

obra de João Camilo. Assíduo leitor das obras de Francisco Suárez, F.S.C. Hearnshaw, John Henry Newman, Bertrand de Jouvenel e Russell Kirk, João Camilo é leitura indispensável aos conservadores.

No Brasil, aceitem ou não, a hipótese mesma de um partido na linha do Partido Conservador britânico ou do Partido Republicano americano, ainda permanece distante e inconcebível para nós. E como não há nenhuma "direita" conservadora atuante no país, me parece claro que ainda somos um povo sem voz, e, um povo sem voz, especialmente um povo sem representação, está fadado ao arbítrio dos ditadores e aventureiros imbuídos de ressentimentos e vontade de poder. E, embora o povo brasileiro, em todos os segmentos, seja maciçamente conservador, o pensamento conservador não tem canais partidários ou culturais de expressão. Há, portanto, que se reconhecer, inevitavelmente, a existência de milhões de pessoas à espera de alguém que as represente na política.

Há de se reconhecer que os valores conservadores não são alheios à nossa formação e vivência culturais, eles são os valores do nosso próprio povo, valores da gente simples e humilde, que não "entende nada de economia, mas entende imediatamente a linguagem da moral, da religião, das tradições."[I] Alceu de Amoroso Lima insistia nisso — dizia que somos um povo eminentemente conservador, amigo de situações estáveis e duradouras. Somos tradicionalistas sem esforço.[II] Nosso maior problema talvez seja o fato de que a própria tradição de pensamento conservador no Brasil ainda seja bem pouco elaborada.

Homem da Igreja, católico, na mais rigorosa significação do nobilíssimo termo, João Camilo foi também, acima de tudo, um divulgador do pensamento pontifício sobre as questões sociais e sobre a participação católicos na política: "Uma grave responsabilidade pesa sobre os ombros do intelectual católico, principalmente se leigo e desligado de funções em organismos oficiais: a de discutir os problemas especificamente políticos". Responsabilidade tanto maior, diz ele, quando se considera que a Igreja docente, por si, silencia a respeito: "Nós temos de correr o risco de discutir por nossa própria conta problemas graves". "A Igreja não possui compromissos com re-

---

[I] Olavo de Carvalho, O patinho feio da política nacional. *Diário do Comércio*, 19 de março de 2007.

[II] Alceu Amoroso Lima, Diretrizes do pensamento brasileiro. Revista *A Ordem*, 1939, edição 107, p.332.

gimes (exigência de sua posição supra-nacional); eu devo tê-los, sob pena de omissão ou covardia". "O silêncio da Igreja docente, que é a neutralidade de quem está acima e além das querelas, não pode corresponder a uma omissão dos leigos, e, principalmente, a um certo empirismo, a uma tendência a aceitar as coisas como estão. Não é, por exemplo, verdade que todos os regimes são bons"

Os cristãos leigos, inspirados na Fé, guiados pela consciência cristã e em conformidade com os valores com ela congruentes não podem abdicar da política. Camilo mantinha intrinsecamente a mesma posição da Igreja: para animar cristámente a ordem temporal, os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar-se da participação na política, destinada a promover de forma orgânica e institucional o bem comum.[III] Para tal, uma certa intuição direta da realidade histórica concreta é sempre indispensável — de nada valerão os livros e as teorias sem essa intuição direta dos valores políticos que estão em jogo em determinado momento, porque "o mal do mundo são as ideologias" e "todas as ideologias são contra-valores."

Optei por dividir a coletânea em duas partes: "A Política conservadora: 'ser é persistir'", e "Espírito e cultura: 'viver é despedir-se'". A primeira, privilegiando a esfera política, mostra os compromissos de João Camilo com o conservadorismo e com os ideais monárquicos e democráticos; a segunda, dedicada às esferas da cultura e da religião, revela-nos um autor destemido na defesa da sua fé e dos valores fundamentais nos quais sustenta-se a nossa civilização.

O prefácio será de Bruno Garschagen, mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Portugal, e autor do *best-seller Pare de Acreditar no Governo: Por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado* (Editora Record). Tradutor de Sir Roger Scruton, Bruno é a pessoa ideal para apresentar ao público a pessoa e a obra grandiosa de João Camilo que deve ser reconhecido como o gênio esquecido que é, e deve tomar o seu lugar no cânon de autores clássicos do conservadorismo. E já não era sem tempo, dirá o meu amigo, dirão os leitores, depois de ler esta obra. Nosso autor nunca pareceu tão atual como agora, em tempos de barbarização ideológica e esgotamento do regime político instaurado pelos golpistas de 1889.

[III] Congregação para a Doutrina da Fé, Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política, n.I.

Em busca de um Conservadorismo Brasileiro

Bruno Garschagen*

Edmund Burke na Grã-Bretanha, Donoso Cortés na Espanha, Joseph de Maistre na França, Russel Kirk nos Estados Unidos. É fácil apontar os cânones do conservadorismo em vários países, mas quem seria, no Brasil, aquele que simbolizaria o paradigma do pensamento conservador? A não ser em círculos bastante restritos, a resposta viria em forma de silêncio ou de equívoco.

Os pais fundadores do conservadorismo brasileiro[I] são arquétipos fundamentais, mas creio que aquele que pode ser a nossa referência moderna é o intelectual mineiro João Camilo de Oliveira Torres. Foi ele que, como nenhum outro, refletiu e empreendeu esforços para desenvolver um pensamento conservador genuinamente brasileiro que não se encerrava num escopo meramente político.

---

* Autor do livro *Pare de Acreditar no Governo: Por que os Brasileiros não Confiam nos Políticos e Amam o Estado* (Editora Record), mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Oxford (*visiting student*), professor de Ciência Política, tradutor, colunista do jornal *Gazeta do Povo*, blogueiro do jornal *EXTRA* e *podcaster* do Instituto Mises Brasil.

[I] O século XIX foi o período no qual nasce e se desenvolve o conservadorismo brasileiro. A partir da chegada de D. João VI e a nomeação do Brasil como capital do Império português a nossa política inicia um processo de evolução que culminaria na clivagem política entre os partidos Conservador (Saquaremas) e Liberal (Luzias), que eram as duas grandes forças políticas e intelectuais da época. Houve notáveis representantes do nosso conservadorismo, como o Visconde de Cairu, Visconde do Uruguai, Marquês do Paraná, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Pimenta Bueno, Barão do Rio Branco dentre outros. Os Saquaremas eram influenciados por diferentes tipos de conservadorismos, como, por exemplo, o britânico e o continental (francês, espanhol, português).

Esta singularidade avulta a relevância desta obra *O Elogio do Conservadorismo e Outros Escritos*, fruto do atilado trabalho da Editora Arcádia e que certamente ratificará o mérito da reflexão de João Camilo e a sugestão de que seja ele considerado o fundador do moderno conservadorismo brasileiro.

Coletânea inédita composta por artigos para a imprensa, o mérito deste livro está na exposição de um pensamento conservador articulado e genuinamente nacional. E se qualifico o conservadorismo de João Camilo como singularmente nativo é pelo vínculo profundo do autor com a Igreja Católica e com a cultura brasileira, que ele ajudou a engrandecer nas suas mais de 40 obras em áreas distintas como história, política, educação, religião. João Camilo é autor de livros fundamentais sobre o pensamento político brasileiro como *A Democracia Coroada* e *Os construtores do Império: Ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro*.

Este *O Elogio do Conservadorismo* é uma obra, sobretudo, confessional estruturada sobre ombros de gigantes. O tema que confere unidade ao livro é o pensamento conservador — e esta identidade foi obtida pelo competente trabalho do organizador do livro, o professor Daniel Fernandes.

O conservadorismo é a bússola da dissertação qualificada de João Camilo no âmbito político, cultural e espiritual. Com um texto sofisticado, ele expõe e comenta desde o conceito do conservadorismo à história, ao mito, idéias, ideologias, revolução, reforma social, ditadura, povo, representação, Estado, sistemas de governo, filosofia, sociologia, nacionalismo, tradicionalismo, cultura, Igreja.

Os textos aqui reunidos revelam a natureza do conservadorismo de João Camilo em suas dimensões individual, política e transcendental. Sim, porque estão aqui descritos aquilo que o conservadorismo é e aquilo que não é no plano da vida terrena, mas também nas coisas permanentes dentre as quais se inclui o fundamento católico que qualquer pensamento conservador brasileiro deve reconhecer e respeitar, mesmo que a dimensão política desse conservadorismo possa ser adotada e defendida por crentes de outras religiões e até mesmo ateus. João Camilo sanciona a posição de que não pode haver conservadorismo brasileiro desvinculado, ignorante ou indiferente em relação à Igreja.

O *Elogio do Conservadorismo* não é uma sistematização do pensamento conservador brasileiro — e nisso segue à risca o posicionamento tradicional dos autores conservadores de outros países. É, antes de tudo, uma descrição axiomática e não-normativa do que é o conservadorismo. A sua contribuição original é descrever e refletir acerca do pensamento conservador no Brasil, estabelecendo, sempre que necessário, o diálogo e a imperiosa adequação a outros conservadorismos, como o britânico e o americano.

Nesse sentido, a coletânea é exemplar ao apresentar uma exposição e as menções de João Camilo a intelectuais e grupos políticos que eram, para ele, representantes da "posição autenticamente conservadora": F. J. C. Hearnshaw, Russel Kirk, D. Pedro II, Machado de Assis, Alceu Amoroso Lima, os partidos Conservador brasileiro e britânico. É possível notar outras influências não declaradas, como os grandes Saquaremas do Império e Edmund Burke.

É de louvar, a propósito, o modo como João Camilo absorve parte do conteúdo essencial daqueles conservadorismos estrangeiros para lapidar o nosso pensamento conservador sem desnaturalizá-lo ou descaracterizá-lo. Pelo contrário, fortalecendo-o ao, inclusive, extirpar os elementos conflitantes, por exemplo, com o catolicismo.

Esse aspecto é importante ao verificarmos como uma parcela da geração de ouro do conservadorismo brasileiro do século XIX e determinados conservadores católicos do século XX assimilaram e lidaram com a influência exercida pelo conservadorismo britânico. E para isso é fundamental analisar os discursos proferidos pelos Saquaremas no Parlamento do Império e os textos publicados pela influente revista católica *A Ordem*. A publicação foi fundada em 1921 e era dirigida por Jackson de Figueiredo, um dos grandes intelectuais católicos do século XX no Brasil, e tinha como colaboradores nomes de peso do conservadorismo brasileiro como Alceu Amoroso Lima, grande intelectual católico e conservador que inicialmente fez o uso apropriado do influxo do conservadorismo britânico.

No caso de João Camilo, a partir da concepção dos autores que cita nos textos desta coletânea propõe ele uma definição que, se não é inédita, resume uma visão panorâmica do conservadorismo: "uma posição política que reconhece que a existên-

cia das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro".

João Camilo sabia, apesar disso, que o conservadorismo não era uma categoria política universal que permitisse ser adotada sem critérios e adequações em países diferentes com realidades culturais distintas. A natureza regional do pensamento conservador impõe restrições que inviabilizam qualquer tentativa dessa ordem, ao contrário das ideologias que não possuem nem exigem vínculo identitário com a comunidade a qual pertence. Essa identidade, a propósito, nos permite ser nacionais e cultivar as nossas tradições sem incorrermos no equívoco do nacionalismo, que, segundo João Camilo, é uma ideologia que pode ser antipatriota.

O conservadorismo recusa-se a ser considerado ou enclausurado numa ideologia pela própria definição valorativa que atribui a este termo. Nessa linha, a visão crítica de João Camilo é incisiva:

> "O mal do mundo são as ideologias, isto é, a transformação de uma idéia em absoluto e a sua utilização em mito, no sentido de Sorel, isto é, de uma constelação emocional movimentando as ações humanas. A idéia mantida em termos de idéia, fixando-se numa posição racional e fundamentando uma doutrina em termos, raramente movimenta os povos. Somente a ideologia, isto é, a idéia absolutizada e revestida de roupagens passionais é que motiva as ações humanas. Não nos esqueçamos de que os homens não se movimentam por efeito de raciocínios, mas por sentimentos. Ao contrário do que geralmente se diz, um partido não precisa de doutrina, de idéias, de uma filosofia política, mas de uma ideologia, isto é, de um foco de paixão e sentimento."

Há, de fato, um esforço antigo dos conservadores para evitar a qualificação do conservadorismo como ideologia e a tudo aquilo que esta representa, especialmente a tentativa de enquadrar a realidade a um corpo de idéias e a partir disso transformar o ser humano e o mundo. Em seu *As Ideias Conservadoras*, João Pereira Coutinho elenca algumas definições que são uma diligência para escapar da ideologia e apontam

para o mesmo sentido, ou seja, a de que "o conservadorismo apresenta uma dimensão existencial que é anterior, ou até superior, a qualquer ideologia política".[II]

Recusando-se, portanto, a ser considerado uma ideologia, o conservadorismo encontra "refúgio identitário em 'forças interiores', 'temperamentos', 'fés', 'espíritos', 'instintos', 'inclinações' e, claro, 'disposições'". O reflexo disso é a dificuldade, por vezes a impossibilidade, "de distinguir com alguma clareza a disposição conservadora do *conservadorismo político*".[III]

João Camilo, assim como João Pereira Coutinho, parece ver uma complementaridade, não uma contradição, entre a *disposição* e a *praxis política* conservadora. Ele entende o conservadorismo como "uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro".

O traço mais característico da psicologia conservadora é, segundo João Camilo, denegar como sendo "viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido de continuidade histórica — mais: o conservador acha impraticáveis e condenadas ao suicídio todas as reformas fundadas unicamente na vontade humana, sem respeito às condições preexistentes".

O caso do Brasil é interessante porque este parece ser um traço estrutural da psicologia da sociedade. Alceu Amoroso Lima tinha certeza de que o povo brasileiro era (é) "eminentemente conservador e amigo de situações estáveis e duradouras". A evidência da nossa disposição conservadora é que aquilo "que chega a existir, tem enormes probabilidades de persistir" porque "somos tradicionalistas sem esforço".[IV]

Sendo "o primeiro dever de uma nacionalidade conservar a continuidade da sua natureza", segundo Alceu Amoroso Lima a "tradição é a raiz mais forte de um povo", um dever que se concretiza no "aproveitamento, pelos pósteros, de tudo aquilo que de bom foi legado pelos antepassados". É precisamente o revolucionário que pretende

---

[II] João Pereira Coutinho, *As Ideias Conservadoras*. São Paulo, Três Estrelas, p. 23.

[III] *Ibdem*.

[IV] Alceu Amoroso Lima . Diretrizes do pensamento brasileiro, in *A Ordem*, Rio de Janeiro, Outubro de 1939, p. 24.

negar essa lei de vitalidade social ao tentar "criar as nacionalidades na base de uma ruptura com o passado", prometendo uma miragem que terá um alto custo a ser pago pelos povos. "Pois não há quem possa desfazer a história senão o vão orgulho dos conquistadores ou dos tiranos".[V]

Aos olhos de hoje, desafortunadamente, Alceu Amoroso Lima parece falar ao espírito de uma época que não mais existe como parte estrutural do nosso senso comum, mas como ilhas de exceções numa terra devastada povoada por homens ocos. Porque se ele estava correto ao considerar o nosso temperamento avesso a revoluções violentas, por outro lado, a nossa disposição para evitar o esforço nos amoleceu para o combate e foi terreno fértil para revoluções culturais. A própria Igreja Católica no Brasil foi vítima da ação de revolucionários que, reunidos sob o nome de teologia da libertação, nela se infiltraram para pervertê-la.

O próprio Alceu, lamentavelmente, foi a personificação da nossa degradação ao empreender uma excêntrica e incomum transição para a esquerda, tanto na política como na religião, passando a ser progressista — o que acabou conduzindo, inclusive, a uma alteração no posicionamento do Centro Dom Vital.[VI]

Ao contrário do que a ignorância costuma vociferar como verdade, o conservador não idealiza o passado nem pretende retomá-lo no presente. Isto, afinal, não é conservadorismo, mas uma posição reacionária (como veremos adiante).

Uma das grandes virtudes do conservadorismo é a sua ligação com o presente e a sua incrível capacidade de adaptar-se às mudanças benéficas, sejam estas empreendidas ou não pelos conservadores. Quando João Camilo alerta para evitarmos o conservantismo é por saber que "a preocupação de conservar tudo, de bom ou de mau, só por ser antigo", não é conservadorismo. É, aliás, o seu contrário, visto que o conservador quer preservar aquilo de bom que foi construído no passado e reformar ou eliminar as coisas transitórias que são importantes para o presente. Conservar o patrimônio e substância nacionais é parte de um processo histórico da vida em comunidade que seria imobilizada se houvesse uma prioridade sem critério na conservação de

[V] Alceu Amoroso Lima. Civilização brasileira, in *A Ordem*, Rio de Janeiro, Novembro de 1954, p. 46.
[VI] Adolpho Crippa, *As Idéias Filosóficas no Brasil*, Vol. 2, São Paulo, Editora Convívio, 1978, p. 165

tudo. Cumpre conservar, mas reformando e renovando, condições sem as quais o conservadorismo morreria de inanição.

Quando João Camilo explica que "cumpre reformar e renovar, mas conservar também" estabelece a natureza do conservadorismo e o seu movimento gradual para adaptar-se ao presente e aprimorá-lo tendo em vista as experiências positivas e negativas do passado.

A distinção que João Camilo apresenta entre conservadorismo, imobilismo, progressismo, reacionarismo e o pensamento revolucionário é especialmente útil neste momento de desordem e ignorância no Brasil porque expõe didaticamente as diferenças substantivas, permitindo aos leitores desnudar o véu da ignorância.

Não serão poucos aqueles que, supondo serem conservadores, descobrirão, afinal, que são imobilistas, reacionários, revolucionários ou meros conservantistas. Outra distinção importante é a que difere o conservador do católico, do tradicionalista e do conservantista, o que significa dizer que o conservador não está preso a essas posições, embora possa conter, em alguma medida, elementos do tradicionalismo, do conservantismo e do catolicismo. O católico não é necessariamente um conservador, mesmo que compartilhe certas perspectivas. O já mencionado Jackson de Figueiredo era um tradicionalista reacionário e anti-conservador[VII] ao passo que o também católico Alceu Amoroso Lima foi, além de católico, um conservador.

O conservadorismo, portanto, não se confunde com o reacionarismo, segundo João Camilo.

> Não pretende o conservador negar o progresso, nem abolir o tempo. Ele aceita as coisas como estão — e aceitas as mudanças, sem muita pressa, porém. No fundo o conservador não é um homem que quer voltar ao passado — mas que deseja chegar vivo e em boas condições no futuro.

O reacionário é, portanto, a caricatura que seus inimigos pretendem fazer do conservador. Mesmo que o conservadorismo tenha uma natureza *reativa*, não se trata aqui de uma postura reacionária, mas de uma reação defensiva contra "o potencial de

---

[VII] Gondin da Fonseca. O polemista, in *A Ordem*, Rio de Janeiro, Jan/Jun de 1929, p. 303.

violência e desumanidade que a política utópica transporta".[VIII] Assim, João Camilo estava correto ao dizer que "um homem pode ser conservador sem ser reacionário, e ser de esquerda e reacionário".[IX] Porque o revolucionário busca construir uma felicidade utópica no futuro e o reacionário entrega-se a uma felicidade utópica do passado.[X]

Jackson de Figueiredo concordaria com a crítica, pois considerava odiosa a ideia de revolução que viola e degrada a "noção de ordem e o sentimento de autoridade na vida nacional". Defendeu, contudo, que o restabelecimento do que foi atacado e destruído, ou seja, a moral política "vivificadora, organizadora, civilizadora [...] decorrente dos preceitos religiosos e morais da Igreja Católica",[XI] não deveria ser empreendido mediante um processo revolucionário, mas seguindo o ensinamento de Joseph De Maistre ao comentar o fenômeno revolucionário na França:

> Esta, enfim, é a grande verdade da qual os franceses nunca poderão se convencer o bastante: o restabelecimento da monarquia, que se chama de contra-revolução, não será uma revolução contrária, mas o contrário da revolução.[XII]

O antirrevolucionário Alceu Amoro Lima endossaria a posição de Figueiredo e De Maistre, alertando ainda para a relevância de se proteger os elementos tradicionais da cultura local: "os revolucionários e reacionários, em nossos dias, desconhecem o verdadeiro valor da tradição". Isso porque alguns a negam e "outros porque fazem do tradicionalismo ou do legitimismo, ou do imobilismo, uma tentativa vã de parar o curso do tempo". Sendo assim, "o verdadeiro espírito de conservação, que escapa a um como a outro desses extremos, é o que mantém intactos os valores fundamentais

---

[VIII] João Pereira Coutinho. *Ideias Conservadoras*. São Paulo, Três Estrelas, p. 26.

[IX] João Camilo de Oliveira Torres. *O Homem Interino*. Belo Horizonte: s/e, 1998, p. 166.

[X] João Pereira Coutinho. *Ideias Conservadoras*. São Paulo, Três Estrelas, pp. 24-25.

[XI] Evaldo Amaro Vieira. *Poder Político e Resistência Cultural*. Editora Autores Associados, 1998. p. 45.

[XII] José Miguel Nanni Soares, *Considérations sur la France de Joseph de Maistre: revisão (historiográfica) e tradução*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10032010-114032>.

na história da formação de um povo sem impedir as adaptações e renovações necessárias".[XIII]

O conservador não aprecia revisões completas dos sistemas, mas busca adaptar o antigo ao novo sem destruir o que foi conquistado no passado.[XIV] Visto de forma absoluta, essa afirmação pode gerar mal-entendidos ao sugerir aquilo que o conservadorismo não é, ou seja, uma proposta imobilista.

Entende-se, portanto, por qual razão João Camilo, à maneira conservadora, faz o elogio da continuidade sem ruptura ao observar que "nas situações nascidas da continuidade e permanência, por um simples desdobramento da anterior, quando, afinal, ambas pertencem à mesma unidade cultural, os homens se sentem à vontade e compreendem a relação entre o passado e o presente".

Esse elo advém e reforça aquele sentimento de pertencimento e de familiaridade, e de apreciação ao que possuímos. É por isso que o filósofo político Michael Oakeshott, no ensaio *Sobre ser Conservador*, tenta definir a disposição conservadora como aquela que nos faz preferir "o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, o riso presente à felicidade utópica".[XV]

Esse temperamento, como nos explica o professor João Carlos Espada, "nasce de um *attachment* e de uma disposição para usufruir aquilo que nos é familiar. E esse *attachment* não resulta da convicção de que o que nos é familiar é necessariamente 'o

---

[XIII] Alceu Amoroso Lima. Civilização brasileira, in *A Ordem*, Rio de Janeiro, Novembro de 1954, p. 334.

[XIV] Essa preocupação conservadora não se aplica ao atual momento da história brasileira porque o país está de tal modo corrompido e degradado, e isto está claro na cultura e, claro, política, que um conservador deve fazer um esforço para que a reforma seja tão profunda e restauradora que o seu resultado pode até parecer uma mudança revolucionária no sentido original do termo político, ou seja, o retorno ao estado anterior da deterioração. A degradação, a propósito, começa com o golpe militar republicano em 1889 que derrubou a Monarquia.

[XV] Utilizei aqui a tradução de João Pereira Coutinho (*Ideias Conservadoras*. p. 22.) do excerto do ensaio publicado em Michael Oakeshott. On being conservative, in *Rationalism in Politics and Other Essays*. Indianapolis, Liberty Fund, 1991, pp. 407–437.

melhor'. Antes de mais, o nosso modo de vida é o nosso, aquele em que nos sentimos confortáveis, e que gostamos de usufruir, basicamente porque nos é familiar."[XVI]

E se apreciamos o nosso modo de vida e aquilo que temos, e nos sentimos vinculados a elementos que nos são caros e familiares, haverá naturalmente um sentimento de reação às eventuais perdas diante das ameaças representadas por propostas de mudanças radicais.

Disrupções políticas radicais como as que ocorreram na França (1879), Brasil (1889), Rússia (1917), China (1940), são exemplos daquilo que João Camilo chamou de revoluções perfeitas e que se caracterizam pela concentração de poder e pela violação das liberdades e pela destruição daquilo que mais amamos e apreciamos. "As revoluções perfeitas conduzem a um reforço do Estado e ao totalitarismo. Já o sabia Santo Tomás, ao preconizar governos mistos".

As revoluções imperfeitas, por outro lado, "conduzem a regimes de liberdade e, geralmente, a bons governos, pois o Estado delas sai enfraquecido; [...] nas monarquias constitucionais (fruto das revoluções imperfeitas) há uma desconfiança do Estado e do Poder; nas repúblicas perde-se esta desconfiança. Daí os perigos todos." Também em virtude disto, João Camilo exibe nesta coletânea uma posição simpática à Monarquia constitucional como o sistema político mais adequado para o Brasil.

Sendo, portanto, uma preocupação conservadora *per se*, no debate que contrapõe reforma e revolução, João Camilo é enfático ao afirmar que "podemos reformar — por meio de um processo de cautelosa adaptação do existente às novas condições — e nunca pelo estabelecimento de algo radicalmente novo". Ele propõe uma mudança fundada na realidade concreta do presente, não no racionalismo dogmático que está na origem do relativismo, como denunciaram Oakeshott, Karl Popper e F. A. Hayek,[XVII] que tenta refundar a vida em comunidade a partir de uma perspectiva idealizada e fantasiosa acerca da natureza humana para levar a cabo um projeto de

---

[XVI] João Carlos Espada, Michael Oakeshott e a disposição conservadora. *Jornal I*, 27 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.brunogarschagen.com/2013/09/o-conservadorismo-de-oakeshott-segundo.html>.

[XVII] João Carlos Espada, O racionalismo dogmático na origem do relativismo, in *A Tradição Anglo-Americana da Liberdade - Um Olhar Europeu*. Lisboa, Almedina, 2008.

engenharia social baseado naquilo que Oakeshott chamou de política de fé em contraposição à política de ceticismo.[XVIII]

Esta explicação talvez torne ainda mais nítida a definição do espírito conservador elaborada no século XIX pelo Visconde de Uruguai que João Camilo utilizou como epígrafe de *Os Construtores do Império*: "Não procurar o melhor em abstrato, teoricamente e no papel, mas o que é relativamente possível e atualmente aplicável. Remover os inconvenientes que é possível arredar, resignar-se aos inevitáveis, ou procurar atenuá-los, e esperar do tempo, do desenvolvimento do espírito público, e do senso prático da população aquele maior grau de melhoramento que podem atingir as sociedades humanas".[XIX]

Porque o conservador não muda de posição política ao sabor dos tempos e das contingências ou das ideologias da moda, há nessa atitude aquela prudência aristotélica, a ética da virtude, que se impõe para organizar as dimensões da existência num plano horizontal (e assim preservar a ordem das coisas transitórias e permanentes). O conservador é uma espécie de *trimmer*, aquele que é o responsável por manter o equilíbrio da embarcação quando o seu curso é ameaçado. No caso da política, e usando a célebre metáfora náutica do Marquês de Halifax[XX], o conservadorismo busca manter o ponto de estabilidade contra os excessos que corrompem a religião, a verdade, a autoridade, o dever, a justiça, a virtude, a liberdade.

Olavo de Carvalho, responsável por resgatar na imprensa a obra de João Camilo, oferece um complemento ao apontar que "o perdão, a tolerância, a paciência, a sabedoria e, sobretudo, o respeito pela fragilidade humana, tais são as virtudes em que se baseia o conservadorismo". Para Olavo:

[XVIII] A política de fé, segundo Oakeshott, é aquela que tem certeza de que para todo e qualquer problema haverá uma única solução racional e esta será a melhor (Isaiah Berlin usará um argumento parecido para definir um dos tipos de utopia). Essa política de fé, que é uma política de perfeição, conduz necessariamente a uma política de uniformização. Por política de ceticismo, Oakeshott entendia o reconhecimento de que, se o homem é imperfeito, não será possível construir por qualquer meio, e sobretudo pela política, uma sociedade perfeita.

[XIX] João Camilo de Oliveira Torres, *Os Construtores do Império – Ideias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968. p. VI.

[XX] George Savile Marquis of Halifax, *The Complete Works of George Savile, First Marquess of Halifax*. Editado e com introdução de Walter Raleigh. Oxford, Clarendon Press, 1912, p. 47–103.

> Ser conservador é não ter nenhuma proposta de sociedade, é aceitar que a própria sociedade presente vá encontrando pouco a pouco a solução para cada um dos seus males sem jamais perder de vista o fato de que, para cada novo mal que seja vencido, novos males aparecerão. Ser conservador é não ser jamais o portador de um futuro radiante, é ser o porta-voz da prudência e da sabedoria.[XXI]

Por essa lógica, um grande inimigo das virtudes e do equilíbrio que conduz à estabilidade pode ser o próprio Estado, que João Camilo, aludindo ao exemplo brasileiro, define como Megatério. Monstro pré-histórico nacional, o Megatério assustava pelo tamanho e pelas grandes garras recurvadas. Mas o físico impressionante se resumia à aparência; era lento, desajeitado e incapaz de reagir, o que o tornava um alvo fácil de ataques. Em suma, o megatério era "um bicho-preguiça visto com lentes de aumento".

Se hoje é evidente os malefícios do Megatério na vida ordinária, na segunda metade do século passado João Camilo já lamentava a dificuldade para identificar "um setor livre na vida nacional" porque o Estado metia-se em tudo e "até a nomenclatura gramatical" era fixada "por ato do governo". A sanha intervencionista no Brasil, segundo João Camilo, parecia ilimitada. E atingia "as raias do absurdo pela falta de resistência de nossas classes produtoras, que, em geral, vivem do protecionismo alfandegário, dos favores oficiais e dos créditos 'camaradas' dos bancos oficias que, em Minas, por exemplo, são três".

Com uma afirmação que continua desgraçadamente atual, João Camilo constata que "as nossas classes conservadoras são, geralmente, 'nacionalistas', partidárias da intervenção do Estado nos domínios econômicos, e hostis a uma política liberal clássica" e que, em Minas Gerais, eram "certos elementos das classes patronais que, de certo modo", acolhiam "os argumentos postos em circulação pela propaganda comunista". E "mesmo as classes patronais são, no Brasil, intervencionistas. A coisa chegou a tal ponto que a única gente que defende, no Brasil o princípio da livre iniciativa particular, o direito de cada qual gerir a sua empresa a seu modo, são os diretores de colégios." Hoje em dia, nem todos eles.

[XXI] Olavo de Carvalho, Entrevista a Bruno Garschagen. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/0801entrevista.html>.

Sendo inegável seus méritos intelectuais, João Camilo cometeu um desacerto ao negar ser essa intervenção um tipo de política socialista e encontrar nesta algo positivo. Ele tentou em vão dissociar o socialismo do "progressivo enriquecimento de uns poucos e o geral empobrecimento da maioria", que é um de seus resultados mais evidentes.

Ao elogiar a política realizada nos "reinos da Escandinávia e alguns países da Comunidade Britânica" tenta extrair daquela social-democracia uma virtude inexistente. Esse *wishful thinking* fez com que João Camilo enaltecesse, num artigo escrito em 1959, "o socialismo, na forma moderna, de 'securitismo', como adotam os reinos da Escandinávia e alguns países da Comunidade Britânica", pois considerava erroneamente esta uma solução que parecia preservar "o princípio da livre empresa, mas" que socializava "os lucros, ou, antes", estabelecia "um teto para os lucros, graças ao imposto de renda. Exatamente ao contrário do que fazemos aqui".

João Camilo parecia acreditar na possibilidade da realização política de certos elementos do socialismo sob um sistema Monárquico, que seria capaz de neutralizar os aspectos autoritários do regime socialista. Talvez o historiador, estimulado pela caridade cristã e influenciado pelo clima político da época, confundisse a preocupação social com a proposta socialista, desconsiderando a natureza do socialismo e o que este realmente significa. E não foi só ele quem se deixou ludibriar.

Antes de João Camilo, em 1950, num texto publicado na Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, o intelectual católico Gustavo Corção afirmou empolgado que a vitória do Partido Trabalhista na eleição daquele ano na Inglaterra fora a supremacia do trabalho, considerado como "um desejo universal, nascido do universal desejo de justiça". Para Corção, independentemente dos eventuais erros e decepções provocados pelo novo governo, a eleição dos Trabalhistas era o passo correto dado na direção em que mundo deveria caminhar.[XXII]

Mas foram justamente as decepções que modificaram a posição de João Camilo em relação à versão maquiada do socialismo. Num artigo publicado em 1970 no jornal *O Estado de S. Paulo*, ele confessava a sua desilusão ao afirmar que era preciso

[XXII] Gustavo Corção, As eleições inglesas. *Tribuna da Imprensa*, 27 de fevereiro de 1950.

"cultivar o sentido social, sem ser socialista" e "considerar, nas diversas questões, o seu valor social, o que interessa ao bem comum e ao próximo", mas evitando "a ideologia socialista que, mesmo em suas formas democráticas, acaba sendo uma deformação, a preocupação de fazer com que a segurança econômica e a garantia de bens de consumo para todos se transformem em fins em si mesmos".

Numa advertência que foi solenemente ignorada, parecia também antecipar o futuro da nossa região: "O socialismo terminou decepcionante. E se trouxe bens (o capitalismo também os trouxe, e conviria reler velhos autores para lembrarmos disso), hoje sentimos que também foi uma espécie de decepção. Nós da América Latina devíamos pensar melhor e considerar o que ocorre nos países que já fizeram a experiência socialista, como a Inglaterra e a Suécia".

João Camilo também foi impreciso ao supor que a ausência de partidos verdadeiramente socialistas no Brasil poderia ser atribuída à falta de um pensamento conscientemente conservador, que, por oposição, gerasse uma corrente reformista". Pois se deu o contrário: foi justamente a ausência desse pensamento conservador e de sua representação na política formal que permitiu aos socialistas dominarem a política formal.

Outro equívoco, embora menor, de João Camilo foi considerar que os "conservadores não tomaram a iniciativa das reformas sociais ocorridas na Inglaterra desde a era vitoriana — mas consagraram-nas fazendo líderes sindicais barões e viscondes". Os Tories foram, sim, protagonistas de importantes mudanças na sociedade e o primeiro-ministro Benjamin Disraeli foi um personagem importante nesse processo com as reformas sociais que liderou a partir de 1874 baseadas na responsabilidade social, localismo e pragmatismo. Winston Churchill e Margaret Thatcher, para citar dois personagens internacionalmente conhecidos, também lideraram reformas importantes sob a preocupação cristã e conservadora de que a caridade era um imperativo moral e que a ajuda aos mais necessitados serviria, ainda, para impedir a emergência e ascensão de ideias revolucionárias.

No caso do Brasil, os Saquaremas foram agentes políticos ativos de diversas políticas sociais. Para ficar num exemplo significativo, ao lidar com a infâmia da escravidão, sem os Saquaremas não haveriam as leis que conduziram à abolição: o político

e magistrado conservador Eusébio de Queirós foi o autor da lei de 1850 que reprimiu o tráfico negreiro; a Lei do Ventre Livre foi aprovada em 1871 sob o Gabinete do conservador do Visconde do Rio Branco; a Lei dos Sexagenários só foi promulgada em 1885 em virtude do apoio fundamental do conservador Barão de Cotegipe junto com o liberal Conselheiro Saraiva; e a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi conquistada a partir da apresentação do projeto da Lei Áurea no Senado do Império pelo Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, que integrava o Gabinete de Ministros presidido por João Alfredo Correia de Oliveira — ambos membros do Partido Conservador.

Estar na vanguarda das questões sociais é uma preocupação conservadora, pois não adianta somente conservar o que existe de bom, mas deve-se também empreender reformas necessárias e impedir medidas reformistas desacertadas. Uma reparação conservadora muitas vezes evita uma solução revolucionária.

João Camilo de Oliveira Torres nasceu em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais, em 31 de julho de 1915. Ele estudou filosofia na extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e depois tornou-se professor de Ética na Faculdade de Filosofia da UFMG. Em seguida, começou a lecionar na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Em virtude de seus interesses e trabalho intelectual, passou a trabalhar no departamento de história em ambas as instituições de ensino. Também atuou como funcionário público em conselhos estaduais de educação e cultura, dentre outros. Também foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e da Academia Portuguesa de História.

Figura peculiar no panorama político e religioso brasileiro, João Camilo "teve papel discreto, mas profundo, na vida intelectual brasileira".[XXIII] Neste *O Elogio do Conservadorismo*, temos a oportunidade de dialogar e de aprender com um intelectual que ilumina e amplia seus objetos de estudo, que nos faz íntimos de determinados temas e nos permite reconhecer e superar as limitações circunstanciais de conheci-

[XXIII] CALDEIRA, Rodrigo Coppe. "O catolicismo militante em minas gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres", in *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011 - ISSN 1983-2850, p. 234. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>.

mento. A sua prosa é formidável, facilitando a leitura e o entendimento — e criando a falsa aparência de simplicidade acerca da profundidade do pensamento conservador e da sua própria reflexão sobre o objeto de estudo. São tão variadas e singulares dimensões e possibilidades de aprendizado, de análise e de crítica que não cabem neste prefácio.[XXIV]

Olavo de Carvalho incluiu João Camilo numa notável galeria "da direita essencial que se encarnou historicamente em Edmund Burke, em Disraeli, em Aléxis de Tocqueville, em T. S. Eliot".[XXV] Nada mais justo e pertinente.

O intelectual mineiro foi, ainda, "um homem dotado de vasta cultura, em sentido polimorfo, inclinado a pesquisas a todo instante, nada lhe fugia à sua inteligência privilegiada", como bem observou o professor Daniel Fernandes. Era, ademais, um "homem culto, impregnado do espírito universitário, cujos atributos o cardeal Newman tão exatamente caracterizou (Liberdade, equilíbrio, calma, moderação e sabedoria), e personificou como ninguém o espírito conservador entre nós, brasileiros".

Segundo o professor Rodrigo Coppe Caldeira, "podemos tomar o pensamento de João Camillo como um exemplo [...] de um católico brasileiro que viveu entre dois mundos religiosos: aquele marcado por certo conservadorismo político e religioso — na figura da Igreja ultramontana e da romanização — e daquele assinalado pelas novidades trazidas por vários movimentos católicos, que seriam, de certa forma, recebidos e incentivados pelo Concílio Vaticano II (1962–1965)".

E na própria qualificação de João Camilo, considerava-se um

> conservador na política e um progressista na religião. De um lado, defende a monarquia brasileira — obviamente que em novas bases, aquelas assemelhadas à britânica e sueca —, e de outro, apresenta uma visão otimista das realidades terrestres, característica

[XXIV] Incluindo afirmações duvidosas como a de que Auguste Comte "era um espírito essencialmente conservador"

[XXV] Olavo de Carvalho, A direita permitida. *Zero Hora*, 1 de julho de 2000.

> peculiar, grosso modo, às perspectivas dos movimentos católicos imbuídos de perspectivas teológicas mais transigentes com as questões modernas.[XXVI]

Neste momento de transição da história do Brasil, quando uma parcela da sociedade começa a descobrir ideias virtuosas e particulares que são divergentes do degradado *mainstream* que ainda exerce colossal influência na vida cultural e política do país, a exposição substantiva do conservadorismo brasileiro empreendida por João Camilo nos permite atinar um conservadorismo genuíno e fundamentado na nossa própria cultura e singularidades.

Que este *O Elogio do Conservadorismo*, caro leitor, seja um inestimável contributo à restauração qualificada e a devida divulgação e atualização do Pensamento Conservador no Brasil.

[XXVI] CALDEIRA, Rodrigo Coppe. "O catolicismo militante em minas gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres", in *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011 - ISSN 1983-2850, p. 234. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>.

PARTE I

A POLÍTICA CONSERVADORA:

“SER É PERSISTIR”

Conceito de conservadorismo*

Não é fácil definir o que seja o conservadorismo, antes um "estado de espírito" do que um sistema racionalmente fundado, o mesmo, aliás, sendo lícito dizer-se das posições que lhe são opostas. Muitos autores já o estudaram e tentaram fixar em vários itens, descritivos da situação conservadora, mas que, dificilmente, fixam a devida posição. Se Hearnshaw aponta 12 itens na sua definição de conservadorismo,[1] Kirk[2], que escreveu todo um livro sobre o espírito conservador, fixa em 6 pontos a sua descrição do *conservative mind*: *a*) crença numa ordem divina para a sociedade e para a consciência; *b*) valorização da variedade e colorido na vida tradicional; *c*) reconhecimento da legitimidade da existência de classes e hierarquias sociais; *d*) convicção de que propriedade e liberdade estão intimamente ligadas; *e*) tradicionalismo; *f*) distinção entre "mudança" e "reforma", ou, talvez, para ficarmos mais de acordo com o vocabulário brasileiro, entre "revolução e "reforma".[3]

---

* *Os Construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. João Camilo de Oliveira Torres. Cia. Ed. Nacional, 1968, pág. 1–12.

[1] Fossey John Cobb Hearnshaw (1869–1946) lecionou História Medieval no King's College de Londres; Antes do início da Segunda Guerra Mundial chegou a lecionar na Escola de Verão do Partido Conservador em Ashridge. Compunha a chamada linha conservadora da historiografia britânica. Publicou 34 obras, dentre as quais *Conservatism in England: An Analytical, Historical, and Political Survey* (1933), obra que inspirou o conceito de conservadorismo de Russell Kirk.

[2] Russell Kirk (1918–1994), um dos expoentes do conservadorismo norte-americano, considerava as tradições políticas e religiosas que cada sociedade desenvolve ao longo de sua história, o farol e o tesouro de todo conservador: "Conservai o que viram vossos pais", um velho adágio francês, é, para Kirk, o lema a ser seguido. Estudando o desenvolvimento do pensamento conservador na tradição anglo-americana, deu especial atenção às idéias de Edmund Burke. Escreveu diversos livros, entre os quais *A Era de T. S. Eliot e A Política da Prudência,* ambos publicados pela É Realizações.

[3] V. Russell Kirk, *The Conservative Mind*, Chicago, 1953, pág. 7–8. [Nota do Autor]

Poderíamos definir o conservadorismo do seguinte modo: é uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. Podemos dizer que o traço mais característico da psicologia conservadora consiste, exatamente, no fato de que não considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido de continuidade histórica — mais: o conservador acha impraticáveis e condenadas ao suicídio todas as reformas fundadas unicamente na vontade humana, sem respeito às condições preexistentes. Podemos reformar — por meio de um processo de cautelosa adaptação do existente às novas condições — e nunca pelo estabelecimento de algo radicalmente novo.

Os autores costumam distinguir várias modalidades de conservadorismo, conforme o fez, com inteligência e acuidade, o sr. Alceu Amoroso Lima,[4] em ensaio recente. Acreditamos ser mais simples distinguir o conservadorismo de posições que lhe são aparentadas.

Temos, primeiramente, o *imobilismo* social ou político. É uma posição que não aceita qualquer espécie de mudança, que pretende que a situação atual se mantenha sem qualquer modificação. As pessoas vítimas do imobilismo negam o tempo — e reagem a qualquer mudança, mesmo para melhor, mesmo inócuas. Os imobilistas, por exemplo, recebem desfavoravelmente transformações perfeitamente legítimas ou inovações benéficas — sejam máquinas novas ou um diferente sistema ortográfico. Certamente o imobilismo absoluto é impensável — mas há muita gente que recebe, sempre mal, qualquer inovação, valiosa ou não.

Em segundo lugar, temos o *reacionarismo*: o reacionário nega o tempo, igualmente, e de maneira mais radical do que o imobilista, pois pretende que ele reflua: quer que o rio volte à fonte, que a árvore retorne à condição de semente. Condenando as transformações ocorridas numa determinada época recente, como se a História pudesse ser vítima de condenação, como se a História não fosse, pela própria condição humana, essencialmente ambígua, isto é, havendo, sempre, bem e mal em todas

[4] Inicialmente conservador, Alceu Amoroso Lima (1893–1983), o Tristão de Athayde, teve, ao longo do século XX, importante presença no cenário intelectual brasileiro, acumulando as direções do Centro D. Vital e da revista católica *A Ordem*. Crítico literário e escritor, Alceu foi também líder do laicato católico no projeto de recatolização do Brasil. O contato com o neotomismo de Jacques Maritain marcou definitivamente o seu pensamento, distanciando-o cada vez mais das posições conservadoras e inclinando-o para as hostes progressistas.

as situações históricas, já que ela, como nos ensina Santo Agostinho, é o campo de luta entre as duas cidades, que não estão separadas, mas misturadas. De fato, "Deus escreve direito por linhas tortas" e aí está toda a filosofia da História.

Opõe-se ao conservadorismo o espírito *progressista*, isto é, daqueles que acreditam, ao contrário, que a História é sempre um campo em que se realiza, automaticamente, um progresso continuado, e onde, pois, o novo é sempre bom, ao contrário dos imobilistas e reacionários que admitem que o novo é sempre mau, e do verdadeiro conservador que acha que o novo poderá sem bom, se não diferir do velho.

Assim sendo, podemos fixar a posição conservadora, em sentido autêntico, como aquele representado pelo Partido Conservador, no Império do Brasil, e, tradicionalmente, pelo Partido Conservador britânico. O conservador reconhece o tempo — mas como sendo passado e futuro. Não nega o passado, como o progressista — os tempos pretéritos não foram trevosos nem ignorantes. Não nega o futuro, como os reacionários: o dia de amanhã poderá trazer grandes alegrias se soubermos trabalhar.

A distinção entre conservadorismo, reacionarismo, imobilismo e progressismo (em sua forma aguda, que é o revolucionarismo, que quer destruir tudo e começar de novo) torna-se mais clara se compararmos a posição respectiva em face das reformas.

Os imobilistas nada querem reformar — a casa pode estar em ruínas, mas abrigou nossa infância, foi construída por nossos pais —, ficará assim para sempre, não se mudando o lugar de um móvel, não substituindo qualquer instalação. O reacionário é capaz de construir um castelo medieval em Brasília, e andaria de armaduras ou calções de veludo em Copacabana, se isto fosse possível — se assim não faz, com relação a roupas, não deixa de fazê-lo com relação às idéias.

Já os progressistas e revolucionários nada querem conservar — o antigo é velho e feio —, só o moderno presta. Certamente um automóvel de último tipo é melhor do que uma "cadeirinha" — mas pode acontecer que em Suárez[5] tenhamos idéias

[5] Francisco Suárez (1548–1617), jesuíta espanhol e um dos fundadores do Direito Internacional, é considerado o mais representativo elo entre a escolástica medieval e o pensamento moderno. Representante típico da escolástica ibérica da época barroca, Suárez foi o fundador da doutrina democrática do Estado moderno, e também um dos principais responsáveis pela descoberta do Estado como tema filosófico. João Camilo explica que "A teoria da origem popular do poder, elaborada em Coimbra nos primeiros anos do século XVII, pelo jesuíta, estabelece que a origem do Estado reside no consentimento dos cidadãos e que o poder constituinte, isto é, o poder de aceitar esta ou aquela forma de governo (não, propriamente, de elaborar uma constituição) reside na comunidade, na "república", em estado nascente. Quando uma nação se forma, se constitui, adota-se um regime, firma-se um pacto, um *pactum*

mais exatas sobre as origens do Estado do que em qualquer autor do século XX. Ou que a *Ética* de Aristóteles[6] seja superior à de lorde Bertrand Russell.[7] Machado de Assis,[8] que representa admiravelmente o verdadeiro espírito conservador, tem frases definitivas — "O menino é o pai do homem"; "Feio, mas velho". E outras, bem conhecidas.

Como o conservador se coloca diante de reformas? O princípio central é: somente podemos conservar reformando.

As reformas, em si mesmas são necessárias. Não convém precipitá-las, nem tomar a iniciativa delas. Os conservadores, habitualmente, não começam as reformas. Em casos especiais, quando uma reforma se impõe para evitar a revolução, o conservador pode tomar a iniciativa. Mas, de qualquer modo, feita a reforma, o conservador a aceita, adaptando-a às condições preexistentes, consagra-a. Certamente os conservadores não tomaram a iniciativa das reformas sociais ocorridas na Inglaterra desde a era vitoriana — mas consagraram-nas fazendo líderes sindicais barões e viscondes.

O estilo reformista dos conservadores pode ser definido por duas notas:

---

subjectionis, pelo qual os cidadãos transferem o poder a determinados órgãos dirigentes". (Cf. João Camilo de Oliveira Torres, *O Conselho de Estado*. Edições GRD, 1965, p.15). Vale lembrar também que João Camilo, procurando pensar a democracia fora de bases rousseaunianas, retomou as reflexões de Francisco Suárez, distinguindo dois tipos: "Podemos distinguir dois conceitos de democracia. Para a escola de Rousseau — democracia individualista — o sujeito da soberania é o indivíduo tomado isoladamente. O homem faz a sua própria lei; nada há acima do indivíduo. O Estado garante a soberania e os direitos dos indivíduos; numa eleição decidem os eleitores acerca de seus interesses e não a respeito do bem comum. Não há, de certo modo, bens comuns, mas a multidão de bens individuais esparsos pelo país. Para o conceito, que poderíamos denominar solidarista, de democracia, e cujas raízes estão nas doutrinas de Suárez (que o formulou, talvez, melhor do que ninguém), o sujeito da soberania é a nação, uma comunidade de homens livres, mas com existência própria e distinta da dos sujeitos componentes." (Cf. João Camilo de Oliveira Torres, *Os Construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, p.11–12).

[6] Giovanni Reale explica que "a idéia base da ética aristotélica é, fundamentalmente, a idéia socrático-platônica, segundo a qual a essência do homem é dada pela sua alma e, portanto, os verdadeiros valores são os da alma, relativamente aos quais os outros bens assumem um significado apenas instrumental. Falta, ao invés, à ética aristotélica, a dimensão religiosa e escatológica própria de Platão, e essa falta (junto com a atenta fenomenologia de caráter realista que Aristóteles aprofunda grandemente) é que faz com que ela pareça mais diferente da ética platônica do que de fato é." (Giovanni Reale, *História da Filosofia Grega e Romana* – Aristóteles. São Paulo, Edições Loyola, 2007, p.192)

[7] Para Bertrand Russell (1872–1970) a ética é relativa; não contém afirmações verdadeiras ou falsas; é a expressão de um grupo.

[8] Machado de Assis, "amigo da austeridade oficial da lei e da severa disciplina da ordem", era, como observou Graça Aranha, "o mais livre dos escritores e o mais conservador dos homens".

a) Que seja verdadeira a reforma, isto é, alterando um ser preexistente, sem modificá-lo em suas estruturas essências (ele continua a ser o que era, mas melhorando e adaptando às novas condições); quando as monarquias absolutas se transformaram em parlamentares, quando nos quadros do Estado liberal de direito se encaixaram as reformas sócias do "securitismo", então tivemos reformas — cite-se o exemplo inglês: o governo britânico, hoje, como no tempo da primeira Isabel, é o da "rainha em seu parlamento", mas governa o primeiro ministro de acordo com os votos dos cidadãos; e a Inglaterra hoje é um país socialista,[9] apesar de toda a democracia real e aristocracia aparente.

b) Estas reformas devem obedecer fielmente aos princípios tradicionais, não quebrando a continuidade entre o passado, o presente e o futuro.

O conservador, tendo o sentido das realidades históricas e da condição temporal do homem, sabendo que nenhuma época foi a Idade de Ouro — e nenhuma o será — e tendo muito claramente em vista que o tempo é continuidade homogênea, não sendo possível separar épocas, todas compenetrando-se mutuamente, não ignora esta verdade elementar — somente são viáveis as reformas feitas respeitando o passado; do contrário, redundarão em completo malogro. Somente as reformas feitas em obediência ao princípio da continuidade conduzirão a resultados positivos — as inspiradas no espírito de descontinuidade e rupturas terminarão em desastres irreparáveis.

---

[9] Esse texto foi publicado em 1968. Na época, a Inglaterra estava sob o governo trabalhista de Harold Wilson (1916–1995), já em seu segundo mandato. O Partido Trabalhista britânico é nominalmente um partido socialista. Apesar disso, em sua vertente oficial, foi se afastando, ao longo de sua história, de uma oposição direta ao capitalismo. Em outros termos, o socialismo do Labour Party na Inglaterra possui um forte viés reformista, marcado por uma tensão e simbiose entre socialismo e liberalismo. O próprio socialismo de Harold Wilson foi classificado como não-marxista. Para Ludwig von Mises, a Inglaterra teria se tornado socialista na época de Churchill: "a Grã-Bretanha não foi conduzida ao socialismo pelo governo do Partido Trabalhista [...] Ela se tornou socialista durante a guerra, ao longo do governo que tinha à frente, como primeiro-ministro, Sir Winston Churchill. O governo trabalhista simplesmente manteve o sistema de socialismo já introduzido pelo governo de Sir Winston Churchill. E isso a despeito da grande resistência do povo." (Ludwig von Mises, *As Seis Lições*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009, p. 54) Na Grã-Bretanha, o Gabinete trabalhista foi presidido por Clement Atlee (1883–1967), logo em seguida ao término da Segunda Guerra (1946–1950). Em 1950 continuou Attlee a ocupar a chefia do governo depois de uma escassa vitória eleitoral dos trabalhistas, mas teve de pedir demissão em 1951, quando o partido perdeu maioria.

Augusto Comte, que era um espírito essencialmente conservador,[10] apesar do que se pensa no Brasil, cunhou em fórmulas dramáticas esta consciência da continuidade histórica — "o progresso é o desenvolvimento da ordem"; "só se destrói o que se pode substituir"; "os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos".

Deste sentido da continuidade histórica e da importância das reformas feitas cautelosamente, nasceu o apego dos conservadores pelos chamados regimes mistos. O conservador não aprecia revisões completas dos sistemas e sabe que, na vida como na política, não é fácil ver todos os lados de uma questão, e que as soluções de compromisso costumam dar mais certo. Hoje, nas questões sociais, não estamos, consciente ou inconscientemente, volvendo aos ideais do "regime misto", de tanta utilidade política? Quem desconhece que conduzirá ao malogro a adoção da mesma política social com relação à agricultura e à indústria de alimentação, etc.? Os malogros dos regimes soviéticos em certos campos — e o êxito em outros — mostram que não podemos adotar uma única linha, uma orientação rigorosamente uniforme.[11] O univocismo pode ser um importante princípio filosófico, aplicável a elevadas questões metafísicas, mas de pouco proveito no campo chão e raso da política e da economia.

O conservador, adaptando o antigo ao novo, sem destruir o antigo, nem negar o novo, resolvendo questões concretas de maneira específica (o que serviu para o petróleo pode não dar certo em siderurgia, por exemplo) termina criando regimes mistos e fórmulas de compromisso, plásticas e vivas, capazes de conduzir a resultados mais positivos, capazes de ir mais longe, pelo fato de irem mais lentamente. "Devagar, e sempre", diz o provérbio conservador por excelência.

---

[10] Augusto Comte (1798–1857) foi o pai do Positivismo, corrente filosófica que buscava explicar as leis do mundo social com critérios das ciências exatas e biológicas. Conservador sem o saber, Comte iria criar para o conservadorismo a sua norma perfeita: "Conservar melhorando". O próprio Positivismo fundamentava-se em um discurso conservador, uma vez que buscava nos vultos e heróis do passado os exemplos para organização da sociedade. Comte chegou a criticar os ateus porque eles lhe pareciam próximos da mentalidade revolucionária ou anarquista, e afastou de seu calendário positivista (1849) os personagens que, a seu ver, eram "negativos" (Lutero, Calvino, Rousseau), consagrando, ao contrário, meses e semanas a grandes congregadores de humanidade (Moisés, Buda, Maomé...) (V. *Dicionário de filosofia*, Gérard Durozoi, André Roussel, Marina Appenzeller. Campinas-SP, Papirus Editora, 2005, p. 94).

[11] A "maleabilidade" conservadora na atenção às circunstâncias será a expressão mais evidente do seu pluralismo político. Aliás, é bom lembrar que, a Inglaterra foi poupada às convulsões revolucionárias da modernidade, justamente porque recusou certa "rigidez programática". O próprio Disraeli, que era conservador, e atuou duas vezes como primeiro-ministro, não hesitava em adotar inovações de esquerda quando elas mostravam a sua validade perante os testes da experiência e as necessidades do momento. (V. João Pereira Coutinho, *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários*. São Paulo, Três Estrelas, 2014, p.46).

Elogio do conservadorismo*

Como vivemos numa época de fanatismo ideológico e de intolerância política, domina em todos os espíritos, ou pelo menos na maioria deles, a convicção de que há uma posição absolutamente verdadeira — a nossa, naturalmente — sendo réus de Geena, moral e doutrinariamente responsáveis, os adversários. Assim, a clássica dicotomia entre conservadorismo e reformismo, entre conservadores e liberais, como no século passado, entre conservadores e socialistas, hoje, em lugar de se apresentarem como duas posições lícitas e justas, defendendo aspectos parciais de uma verdade total, que nenhuma realiza completamente, surgem como uma nítida oposição entre o bem e o mal, entre a verdade e o erro, a lembrar velhos e perigosos maniqueísmos.

Mas será legítima esta maneira de pensar? Não haverá um grão de verdade e de justiça do lado dos conservadores? Será razoável o que acontece no Brasil no momento, quando a posição conservadora é considerada criminosa e indigna, muito embora, na prática, domine um rígido reacionarismo e os próprios que se dizem reformistas acabem fazendo o jogo da reação? Por vezes penso que a ausência de partidos verdadeiramente socialistas no Brasil, além da inapetência dos partidos ideológicos, tenha como origem a falta de um pensamento conscientemente conservador que, por oposição, gerasse uma corrente reformista.

Façamos, pois, o elogio do conservadorismo, tão abandonado e tão desprezado.

O conservadorismo, convém recordar, não se confunde com o reacionarismo. Não pretende o conservador negar o progresso, nem abolir o tempo. Ele aceitas as coisas como estão — e aceitas as mudanças, sem muita pressa, porém. No fundo o

---

* Suplemento Literário, *O Estado de S. Paulo*, 6 de janeiro de 1962.

conservador não é um homem que quer voltar ao passado — mas que deseja chegar vivo e em boas condições no futuro.

A razão disto está em dois princípios fundamentais da ciência política. O primeiro é que todas as boas soluções nasceram do ajustamento entre dois princípios aparentemente contraditórios — é a famosa teoria das formas mistas de governo, de que países como Inglaterra e Suécia são exemplos brilhantes. O segundo é que as reformas políticas devem levar em conta o fato de que em qualquer situação histórica há lados bons e maus — é a famosa lei da ambigüidade da situação histórica, que nos leva a formular juízos de valor contraditórios a respeito de qualquer época.

O resultado é que o êxito de uma política socialista está condicionado à presença de um bom partido conservador. E, no fundo, será tão funesto um conservadorismo sem contrastes, funcionando durante quarenta anos, como uma política socialista, igualmente sem contraste, funcionando durante quarenta anos. Assim, temos o atraso da política rural em Minas, pelo fato de ter o regime republicano conhecido um único partido, de tendências conservadoras, dominado de modo absoluto desde a queda do gabinete Ouro-Preto[12], até o governo Milton Campos.[13] Ou, ao contrário, o caso da URSS.

Vamos apresentar dois aspectos da questão: o conservadorismo como condição de reformas e a possibilidade de reformas conservadoras.

Quando surge diante de nós um partido com um vasto programa de reformas, ele se propõe a abolir toda a ordem social, econômica, política, espiritual. Mas será que todas as coisas estão erradas e devem ser substituídas? Uma resposta fácil, que se pode apresentar sempre, é a da negativa. Em qualquer situação concreta há muita coisa que deve ser conservada. E principalmente muitas oposições doutrinárias, nascidas de equívocos de formação cultural. Vamos dar um exemplo fácil: no século passado tinha-se como princípio solidamente estabelecido a oposição entre a demo-

---

[12] A República nasce no bojo de um golpe militar para a derrubada do gabinete do visconde de Ouro Preto. Seu gabinete, o último do império, tentou salvar a monarquia desfraldando a bandeira do federalismo, em vão, pois, meses depois se proclamava a República. Sua queda marcou o fim do Segundo Reinado.

[13] Elegendo-se governador de Minas Gerais em janeiro de 1947, pela UDN, Milton Soares Campos (1900–1972) foi o primeiro Governador Constitucional de Minas (de 19 de março de 1947 até 31 de janeiro de 1951). Vivendo numa época de extremismos, Milton Campos teve o bom-senso indispensável para colocar-se na posição intermediária, em um mundo dividido entre conservadores e progressistas.

cracia e a doutrina católica, pelo fato desta fundar a autoridade em Deus e a democracia na liberdade do homem. O *Manifesto Republicano* de 1870[14] argumenta exatamente nesta base, assinala a contradição nos textos constitucionais do Império e no título do Imperador "por graça de Deus e unânime aclamação dos povos". Parecia a coisa mais evidente que o poder vinha de Deus, se hereditário; se eleito, não vinha de Deus. Um conhecimento mais acurado da doutrina da Igreja — a obra de Suárez era totalmente ignorada no século passado — tornou de tal modo irreal esta argumentação que, por vezes, o leitor se sente tentado a considerá-la obra da má fé, tão absurda é. Na verdade, ninguém sabia que, outrora, em Coimbra e por toda parte, se ensinava que o poder vinha de Deus ao rei pelo povo.

Este *excursus* mostra que, constantemente, programas ideológicos podem ser contaminados por certas repercussões de debates teóricos, inteiramente destituídos de fundamento, e, o que é mais grave, sem qualquer relação com o problema principal. Se o *Manifesto* de 70 houvesse provocado um debate teórico, ele atingiria ao venerando e abstrato problema da origem do poder, e não ao da questão política concreta que estava em jogo — o da melhor forma de governo.

Ora, o conservadorismo, atuante e com possibilidade de retomada do poder, convida os reformistas a uma posição mais prudente, colocando-se de lado questões que possam provocar atritos desnecessários. E, naturalmente, perda de votos de eleitores que, adotando a linha política do partido, divergiriam de sua posição religiosa, para ficar no exemplo.

E não basta conservar o que existe de bom, agora. Convém impedir medidas reformistas erradas. Por muito capaz que seja um estadista, e por muito bem informada que seja a elite dirigente de um partido, isto não quer dizer que suas idéias, a respeito de todas as questões, sejam necessariamente exatas. Pode um partido ter um excelente programa de reformas sociais e econômicas e estar completamente errado em matéria

---

[14] Os republicanos, herdeiros diretos, aliás, do radicalismo de 1868, do Clube Radical de São Paulo, no fundo, não acreditavam na possibilidade de uma monarquia constitucional — e criam que só a república traduziria nas instituições as legítimas aspirações liberais. Consideravam a monarquia constitucional uma utopia, pois que pretendia conciliar duas idéias que lhes pareciam irreconciliáveis: "a monarquia hereditária e a soberania nacional, o poder pela graça de Deus e o poder pela vontade coletiva, livre e soberana de todos os cidadãos." O Manifesto Republicano, redigido e assinado em 3 de dezembro de 1870, pelos membros fundadores do "Clube Republicano", defendia a liberdade total de culto, o fim do caráter oficial da Igreja católica, a separação entre Igreja e Estado, o ensino secular separado do ensino religioso, a instituição do casamento civil, bem como o registro civil de nascimento e óbito.

de educação, por exemplo. Todos nós, aliás, temos opiniões formadas sobre todas as questões, opiniões, estas, muitas vezes nascidas de motivos puramente subjetivos ou de caráter pessoal. Quantas vezes não lemos num autor opiniões concretas em divergência com seus princípios gerais, mas que adota por motivo de antipatias pessoais ou outras equações igualmente subjetivas?

Por fim: as reformas, para que possam surtir efeito, é necessário que se consolidem, é necessário que se transformem em costume. Não apreciamos novidades e se começarmos, diariamente, a mudar as coisas que estão diante de nós terminaremos provocando a geral inquietação. Quem não se recorda da animosidade provocada pela reforma ortográfica, depois de 1930?[15] Para muita gente, parecia que a ordem moral estava em jogo e que o sistema geral do universo estava sendo desmantelado em virtude de escrever-se "física", com "f" e não com "ph". Parecia que as consoantes dobradas eram outros tantos pilares do firmamento, a sustentar a máquina do mundo. Hoje, as novas gerações não sabem que outrora as palavras se escreviam de outro modo e não aceitaríamos uma restauração.

Se os conservadores evitam (por vezes apenas com a sua presença e a possibilidade que significam de uma alternativa de situações políticas) que as reformas se tornem catastróficas, eles também fazem reformas. Muitas vezes uma reforma é conservadora. Entre outras razões, pelo fato de evitar uma solução revolucionária. A monarquia parlamentar foi uma reforma e uma reforma de certo modo conservadora, pois evitou a república. As reformas sociais da Suécia, da Inglaterra, da Nova Zelândia[16] etc., afinal tornaram o comunismo impossível nestes países. Podemos dizer que

---

[15] A década de 1930 foi marcada pela profusão de decretos que tentavam regular o uso da ortografia da língua portuguesa. Já a primeira metade da década seguinte será caracterizada, principalmente, pela publicação de vocabulários ortográficos que buscavam normatizar as leis ortográficas, dando-lhes um aspecto mais sistemático e oficial.

[16] Depois da Segunda Guerra Mundial, praticamente todos os países da Europa ocidental e nórdica e mais algumas das antigas colônias européias (como os EUA, o Canadá, a Nova Zelândia e a Austrália) já incorporavam "estados do bem-estar social" como fatos normais da vida social. Trata-se do sistema do *welfare state* que alguns denominam de "securitismo" ou "*security state*". Segundo João Camilo "poderia haver margem para uma política de securitismo, de *welfare state*, que nada tinha com o espírito revolucionário". Seria, a rigor, "uma política de contra-revolução, no sentido que o velho de Maistre dava ao termo." (Cf. João Camilo de Oliveira Torres, *Um Mundo em Busca de Segurança*. São Paulo, Editora Herder, 1961, p.206).

são as reformas contra-revolucionárias, no sentido que Joseph de Maistre[17] dava à expressão, no sentido de "o contrário de uma revolução", não de uma "revolução ao contrário". Uma reforma agrária poderá ser, conforme a maneira pela qual for feita, uma reforma conservadora, pois, se criar uma classe de pequenos proprietários independentes, de situação econômica sólida, formará uma verdadeira "classe média rural", opondo uma barreira ao comunismo e a um socialismo violento. Ora, enquanto isto, a presença de um subproletariado rural, como o que temos, constitui fermento perigoso de agitações.

E há, muitas vezes, reformas aparentemente conservadoras. O "Regresso" de 1841 foi considerado, por seus autores e por seus opositores, como obra de ferrenho conservadorismo. Nunca, aliás, foi posto isto em dúvida pelo fato de considerar a mentalidade liberal como conservadorismo todo reforço da autoridade, toda concessão ao princípio de autoridade. Na prática, entretanto, foi uma reforma que permitiu a Abolição. A centralização de 1841,[18] que os compêndios costumam chamar de "reação monárquica", gerou de tal modo a aceitação das decisões do Rio de Janeiro, que ninguém protestou contra a Abolição nem contra a República: todos estavam acostumados a obedecer às ordens da Corte...

E, seja lá como for, as leis abolicionistas, todas, foram feitas por ministérios conservadores.

Para concluir, uma comparação: um automóvel sem motor é inútil; sem freios, prejudicial. Assim se articulam liberais e conservadores.

E os conservadores, evitando as revoluções, tornam possíveis as reformas, que vão geralmente muito mais longe do que as revoluções.

---

[17] Foi o girondino Condorcet que definiu a contra-revolução como *une révolution au contraire*, ao que Joseph de Maistre respondeu, proclamando: *nous ne voulons pas la contre-révolution, mais le contraire de la révolution*. Joseph De Maistre (1753–1821) é considerado o arquétipo do tradicionalismo, uma espécie de anti-Voltaire e ao mesmo tempo de anti-Rousseau.

[18] Ao gabinete liberal sucedeu um ministério de predominância conservadora, a 23 de março de 1841, apenas oito meses depois da formação do outro. Tendo-se em vista as delimitações e fronteiras partidárias da ocasião, pouco precisas, incertas, não se pode dizer que novo ministério fosse sob esse aspecto de puro rótulo um governo conservador. Mas o espírito que o animou, a obra que empreendeu, a construção que realizou, tiveram um cunho de "regresso", de conservação. De 1841 em diante se aperfeiçoaram os mecanismos político-institucionais que reforçavam a centralização do Império.

Fins do conservadorismo*

A posição autenticamente conservadora é integralmente histórica, contrastando com as posições anti-históricas do imobilismo (que nega a transição e o progresso), do reacionarismo (que pretende negar o tempo, e a irreversibilidade da História) e do revolucionarismo, que postula um futuro construído no vazio. O conservadorismo, como seu irmão o progressismo, admite que a História é continuidade e, portanto, persistência. A questão, filosoficamente falando, é difícil, embora na prática, muita gente haja colocado bem o assunto, vivendo os fatos. O tempo é continuidade, e como sabia Heráclito, irreversível — não podemos volver ao passado, nem ressurgir o passado. As restaurações e renascimentos são possíveis, mas na medida em que reconheçamos o tempo: uma instituição, idéia, moda, estilo artístico, ou o que seja, pode volver a inspirar os homens de outra época, mas em bases completamente novas. Teoricamente, a restauração da monarquia no Brasil é possível; basta que ocorram circunstâncias que convençam aos homens que dominam as alavancas do poder da conveniência da solução. Mas será algo muito diferente do que houve outrora, mesmo que se repita o êxito. Uma pessoa que talvez sonhe com a restauração pensando numa repetição do Segundo Reinado, ficará certamente decepcionada. O Império não volverá a repetir-se, teremos outra coisa, dentro das mesmas instituições políticas. Uma prova é que a restauração do regime democrático depois de 1945 deu-nos algo totalmente diverso do que fora a primeira República. Muita gente temia, ou desejava, o retorno de todos os estilos políticos anteriores a 1930, quando se prenunciava a queda do Estado Novo. O autor deste artigo foi, certa vez, interpelado a respeito da possibilidade de um restabelecimento da "democracia pura" destruir a legis-

* Suplemento Literário, *O Estado de S. Paulo*, 9 de março de 1963.

lação de trabalho e previdência social. Desejou-se (ou temeu-se) isto nos idos de 1945... Volvendo ao tema do Império, não traria a Restauração o Império patriarcal e conservador de D. Pedro II, mas muito possivelmente um tipo de monarquia socialista em moldes escandinavos.[19] Seria, quando muito, o restabelecimento da Constituição de 1824, nunca a Restauração da organização político-social vigente no ano da graça de 1863.

Isto vai a modo de exemplo, para fixar bem claramente a noção da História como continuidade e o tempo como um fluir homogêneo e constante. A História não é uma série de pontos independentes, uma sucessão caótica: é algo que dura e se prolonga, transformando-se. Daí a impossibilidade das posições anti-históricas.

Analisemo-las, uma a uma.

O reacionarismo (do qual tivemos um exemplo famoso nos *emigrés*[20] e na desastrosa política de Carlos X, contrastando como a sagacidade de Luiz XVIII)[21] pretende restabelecer o passado integralmente, ou, pelo menos, de modo a anular as conquistas essenciais da época moderna. Nem sempre a coisa aparece muito clara,

---

[19] Trata-se das monarquias que adotaram o sistema do *welfare state* que alguns denominam de "securitismo", cujo incremento deu-se especialmente na Europa, em particular sob os regimes social-democratas escandinavos do pós II Guerra Mundial.

[20] Segundo João Camilo, uma revolução, destruindo todas as estruturas existentes e estabelecendo o caos, praticamente se encaminha a um processo dialético com as seguintes fases: quebra da legitimidade, aparecimento do herói-salvador, estabelecimento da ditadura e retorno à normalidade, isto é, ao que for possível restabelecer do antigo regime. Em suma, toda revolução termina num relativo retorno a certas posições, numa certa restauração. Todavia, uma restauração não significa a reposição de todas as coisas nos mesmos lugares de antes. Para João Camilo, o erro dos nobres franceses *émigrés* (emigrantes) foi exatamente este. Luís XVIII e Luís Felipe entenderam bem o problema: a derrota da grande Revolução e da efetivação (incompleta) que encontrou no regime de Napoleão Bonaparte, ainda que implicando o retorno dos Bourbon e a Restauração, não restabeleceria completamente o passado. (V. João Camilo de Oliveira Torres, *A Idéia Revolucionária no Brasil*. Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1981, p.180). Cabe lembrar também que João Camilo distingue perfeitamente "as verdadeiras revoluções, que promovem uma transformação duradoura nas estruturas políticas ou sociais", "dos simples motins, que provocam agitação e crise passageira". Segundo ele, as primeiras "nascem de uma situação de força, as segundas, de fraqueza". E muito embora, não aceite como única, ou principal, a teoria das revoluções como fenômeno oriundo da dinâmica das classes sociais, tal como elaborada pelos marxistas, reconhece que uma revolução é a substituição de uma classe por outra. (Cf. João Camilo de Oliveira Torres, *Harmonia Política*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961, p. 17).

[21] Carlos X (1757–1836), que se tornara rei da França após a morte do seu irmão, o moderado Luís XVIII (que restaurara a monarquia constitucional, após a queda de Napoleão) fazia parte do movimento dos "Ultras" que pregava a volta ao Antigo Regime, derrubado pela Revolução Francesa. A Revolução de 1830 pôs ponto final à sua tentativa de Restauração Absolutista, substituindo a Dinastia dos Bourbons, conotada com o Antigo Regime, por um Rei-Cidadão, o duque de Orleães, Luís Filipe.

pois é uma posição de caráter mais afetivo do que racional. Geralmente os autores condenam as transformações (*vg.* a Revolução Francesa) e apelam para certas generalidades sonoras, tentando, por vezes, fórmulas novas que repitam a sociedade antiga. Mas, de fato, há muita gente que, tendo a nostalgia da Idade Média, lamente sinceramente não haver mais castelos nem torneios. Não nego a beleza da Idade Média (no cinema...), mas estamos no século XX e os problemas são outros.

O imobilismo pretende fixar uma ordem social, não a deixando modificar-se, nem adaptar-se a novas situações. Muitos casos tem havido de imobilismo social ou político. As revoluções geralmente nascem de situações de imobilismo que provocam contradições e dificuldades. Se o Czar houvesse, em fins do século XIX, concedido uma constituição (mesmo de liberalismo moderado) e a Rússia entrasse no século XX com reformas democráticas, talvez pudesse ter enfrentado a crise da guerra e, hoje, fosse uma democracia razoável, com ou sem a monarquia, certamente sem o regime soviético.

O revolucionarismo deseja construir o futuro como se o passado jamais existira. Muitos, hoje, se riem das exageradas preocupações da Revolução Francesa indo até a reforma do calendário, com aqueles meses de nomes tão bonitos, com o inconveniente maior de se aplicarem tão-somente ao clima francês. Mas, a preocupação era fundar um novo país, como se os séculos não tivessem existido, e os mortos não governassem de qualquer modo os vivos, como disse justamente o velho Comte.

Com estas distinções, podemos entrar no âmago do significado do conservadorismo. Não pretende uma política verdadeiramente conservadora senão exigir que a História seja respeitada — não tomando iniciativa de reformas, a menos que isto seja uma condição de conservação, uma reforma para evitar uma revolução, o conservador procura acompanhar as transformações de modo a defender o princípio de que, como justamente disse Augusto Comte, o progresso seja o desenvolvimento da ordem. Justifica-se o conservadorismo pela convicção, perfeitamente legítima, de que há valores estáveis na vida social, e que certos bens devem ser preservados.

O reformista, por definição, é um indivíduo que detesta a ordem vigente e vê na sua destruição um ideal elevado. Há pessoas que, se pudessem, destruiriam tudo para começar de novo. O homem moderno, aliás, tem a preocupação pela novidade, do "último modelo", do moderno pelo moderno. Na cidade de S. Paulo, não

há, talvez, uma parede do século passado — será que todas estas demolições foram legítimas? Será que da velha S. Paulo imperial ou colonial nada fosse digno de conservação? No Rio, onde há belos monumentos antigos, muita demolição inútil tem sido feita, e Ouro Preto não existiria hoje não tivessem tido a idéia de mudança da Capital, não por amor a Vila Rica, antes pelo contrário. Belo Horizonte, aliás, está perdendo muitos de seus monumentos e aspectos da *belle époque*, por pura mania de modernice. Ainda em matéria de monumentos: em 1922 demoliu-se, sem uma lágrima, a Cadeia Velha onde estivera preso o Tiradentes, e cujo andar superior fora câmara de deputados, durante cem anos. Eram velhas e humildes paredes que ouviram os maiores parlamentares brasileiros, onde se travavam os mais importantes debates da Constituinte do Império, as lutas modernas. Alegava-se que era feio. De fato o era: feio e sem estética. E o Palácio Tiradentes[22] é algum primor de arte?

Estes exemplos estéticos sem ligação como o nosso tema não significam, apenas, uma diversão — mas revelam que o espírito conservador possui a sua razão de ser: o que veio do passado existe e vale — há o que deve ser preservado e o que deve ser reformado.

Destina-se afinal de contas o conservadorismo a fazer com que as transformações não façam, nunca, o carro saltar fora dos trilhos — mantém a sociedade em seus lugares, acomoda as reformas, serve de freio, de lastro. A sabedoria dos ingleses, que faz com que aos governos reformistas venha outro conservador, tem, por finalidade, determinar que as reformas adquiram, rápido, o colorido e a fisionomia das coisas conhecidas. Por vezes a coisa tem um aspecto puramente simbólico: um líder sindical feito visconde faz com que os outros viscondes se acostumem com a idéia de que um sindicato é uma coisa conveniente e dentro da ordem estabelecida. Por isto, para que possamos compreender toda política verdadeiramente conservadora, não reacionária ou imobilista, devemos ter em mira, principalmente, que o conservadorismo não procura deter as reformas ou impedir as transformações, mas darlhes um tom moderado e tranqüilo, acomodá-las às condições gerais da sociedade,

[22] O suntuoso edifício entre as Ruas de S. José e Assembléia, frente para a quase desaparecida e tradicional Rua da Misericórdia, no centro do Rio de Janeiro, foi construído, como é sabido, em substituição à Cadeia Velha, que ali existia desde os tempos coloniais, transferida do morro do Castelo. O edifício foi sede do Congresso Federal de 1926 a 1960. Atualmente abriga o Poder Legislativo no Estado do Rio de Janeiro.

naturalizá-las, em suma. Bertrand de Jouvenel[23] fala-nos na distinção entre o *dux*, que é o líder que comanda as transformações, e o *rex*, que as consagra;[24] idéia que o professor Seymour Lipset, talvez sem conhecer a análise do pensador francês, retoma dizendo que as elites aceitam de boa cara as reformas sociais se são sancionadas pelos poderes tradicionais, como acontece nos tempos de socialismo monárquico,[25] como também em certas reformas ousadas, mas preconizadas pela Igreja. A função do conservadorismo não seria outra senão de consagrar, naturalizar e referir aos valores tradicionais as reformas que os outros fazem. Vamos dizer mais chãmente: os conservadores fazem com que o povo se acostume com as reformas, tirando-lhes o tom de agressiva novidade.

[23] Foi Bertrand de Jouvenel (1903–1987), diplomata, jornalista e sociólogo, que contestou o mito das liberdades crescentes, pondo em seu lugar a demonstração do crescimento ilimitado do poder. Em seu clássico estudo, *O Poder: história natural de seu crescimento* (1949), demonstrou de uma vez por todas que o crescimento do poder do Estado, com a consequente atrofia das liberdades individuais, é a mais nítida constante da história ocidental moderna.

[24] José Guilherme Merquior também cita a distinção de Bertrand de Jouvenel entre o *Estado Rex* e o *Estado Dux*. O primeiro se limita a presidir, como árbitro, ao jogo social. O segundo intervém, supostamente para liderar a tarefa de modernização.

[25] Seymour Martin Lipset (1922–2006), aliás, a considera uma das causas do êxito da política social mais avançada nas monarquias exatamente pelo fato de sua legitimação pela aprovação régia, não tendo as classes dirigentes, condições psicológicas e morais para reagir. Esta, segundo Seymour, é uma das razões do êxito das reformas sociais nos países monárquicos — as inovações, uma vez aprovadas pela coroa, entram para o patrimônio das instituições admitidas. (V. João Camilo de Oliveira Torres, Natureza e fins da sociedade política: visão cristã do estado. Petrópolis, Ed. Vozes, 1968, p. 149).

Passado, presente e futuro*

Simone Weil,[26] em observação citada por Alfredo Lage[27] em *A Recusa de Ser*, diz uma profunda verdade: "O futuro nada nos dá; nós, com o que recebemos do passado, é que criamos o futuro".

Hoje reina no mundo uma doutrina algo ilógica, que data do século passado — o da necessidade do futuro e sua influência preformadora do presente. Enraizou-se isso de tal maneira que não raro ouvimos expressões como "o futuro chegou", o que é óbvio, o futuro chegará sempre, só que deixou de ser futuro, se chegou. Ou a presença de "porvir" na poética de Castro Alves.[28] Ou como reagiu desfavoravelmente um indivíduo, ao ver um cartaz: o futuro não chegou, pois tudo continua mal. É claro que, com relação a uma determinada época, o futuro chegara, já era, já estava presente. O fato de estarem as coisas, bem ou mal, isso não alterava nada. O futuro de 1960 é 1970, ou melhor dito — 1970 é futuro com relação a 1960. É só e nada

* Suplemento Literário, *O Estado de S. Paulo*, 21 de novembro de 1971.

[26] Nascida numa família judia agnóstica, a vida de Simone Weil (1909–1943), escritora e filósofa francesa, inspirava vários ateus e anarquistas europeus. Mas ela surpreendeu meio mundo quando se converteu-se ao cristianismo. Contudo, seu cristianismo não se conformava aos moldes institucionais. Weil foi uma cristã mística, sem Igreja; mas sempre esteve no umbral da Igreja Católica, pois ia às suas liturgias, adorava o Cristo Sacramentado, entre outras devoções.

[27] Um dos líderes do Centro Dom Vital, tomista antiliberal, Alfredo Lage (1904–1973) ficou conhecido por seu corajoso ataque ao sistema hegeliano-tomista de abertura para a esquerda do Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J. (1921–2002).

[28] Castro Alves confiava no futuro. É o porvir que contava para ele. Telênia Hill diz que "ao contrário de outros, que se deixavam absorver pelo passado, Castro Alves se lançava ao futuro, com toda vibratilidade de sua natureza". Já no poema com que estreou na Imprensa, *Destruição de Jerusalém*, estava presente, a par da influência byroniana, essa tendência da época, de confiar ao porvir a solução de todos os males. (V. Telênia Hill, Castro Alves e o poema lírico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/INL, 1978, p. 30).

mais. Apenas uma seqüência cronológica sem qualquer conteúdo de valor ou de significado. Como a observação de um escritor ilustre: Maritain[29] fez a opção pela moral do passado contra a do futuro... E quem sabe qual será a moral do futuro e se esta será melhor ou pior do que a nossa? Poderá, por exemplo, como já tem acontecido que, em face da confusão sexual de hoje, vir depois uma época de terrível puritanismo. Ou como me disse um carmelita — precisamos cuidar da igreja no futuro. Fui obrigado a responder — não podemos acabar com a igreja do presente em nome de uma igreja do futuro que não sabemos o que seja.

Ora, apesar de haver um modo de pensar muito comum, que os exemplos que aí vieram como desordenada introdução ilustram, o fato é que, primeiramente, o passado é cognoscível. Nós podemos conhecer o passado, com mais profundidade ou exatidão, ou com menos. O passado é o que passou, o que não está mais aí diante de nós, mas que, por efeito da memória e do trabalho do homem, pelas atividades de comunicação além do tempo e do espaço deixou seus vestígios e assim nós o conhecemos. Podemos saber como foram as campanhas de Júlio Cesar nas Gálias, pois temos diante nós o texto famoso do *De Belo Galico*,[30] que outrora (já é um passado) os meninos enfrentavam nos colégios. Primeiramente o passado é objeto de conhecimento. Em segundo lugar, o passado deixa a sua marca e o seu ferrete. Nós nunca poderemos libertar as nossas almas do tétrico governo dos mortos que Augusto Comte entendia que fosse sempre e cada vez mais influente, entre outras razões pelo fato de aumentar o número de tais governantes. Parece razoável a maneira de pensar do pai do positivismo, embora não tão estatisticamente como ele pensava. Afinal, nós, agora, sofremos influência de mais culturas ou pessoas do que ocorria com ele, Augusto Comte. Fiquemos nas questões filosóficas ou no pensamento. A minha tradição filosófica é superior à de Comte, pois, muitos pensadores que ele mal conheceu, ou

[29] Jacques Maritain (1882–1973), filósofo católico do século XX que procurou repensar a nova sociedade pluralista e democrática a partir de uma perspectiva tomista, teve influência expressiva sobre o Centro Dom Vital e sobre a Ação Católica, a começar por Alceu Amoroso Lima, seu expoente mais expressivo. A revista *A Ordem* (1926–1964), por exemplo, foi, a partir de 1930, o órgão de defesa do pensamento maritaineano. Plínio Correia de Oliveira (1908–1995), da TFP, atacou virulentamente seu pensamento, definindo-o como fruto do liberalismo, do modernismo e de outras heresias.

[30] Livro escrito por Júlio César, célebre estadista romanos, com comentários sobre a Guerra da Gália (c. 50 a.C.). Apesar de considerada uma obra de memórias, possui inegável valor histórico, em razão dos detalhados relatos das operações militares empreendidas contra tribos celtas que viviam espalhadas pela França, Bélgica, Suíça e Inglaterra.

não conheceu de todo, sem falar nos que vieram depois dele, influíram em meu pensamento. E não falemos em autores que ele desconhecia, embora anteriores e cujas idéias não chegaram até ele nem de segunda mão.

Quer dizer: o passado, embora tenha passado, não existindo mais, pode ser objeto de conhecimento e, pela tradição, chega até nós. Atua sobre nós.

E o futuro? O futuro é o porvir, como dizia Castro Alves — é o que está por vir. No verso famoso "Esposa do porvir, noiva do sol", não obstante a sua beleza um fato é óbvio — a esposa do porvir vai morrer solteira, com perdão da irreverência. Em resumo: não sabemos como será o futuro. Mesmo para escolas filosóficas que admitem leis históricas rígidas e que afirmam que virá na próxima curva dos séculos essa ou aquela transformação — o caso dos marxistas de estrita observância — ninguém terá a coragem de descrever a sociedade futura. E o que já vimos de 1945 a esta parte tem sido tão surpreendente que ficaremos com Chesterton: o imprevisto é a única lei da história. Se Marx ressuscitasse, que consideraria ele como o autêntico socialismo?

Além de desconhecido, o porvir não existe e, portanto, não pode predeterminar nada. Principalmente o futuro não pode condicionar nada. Se há uma espécie de fatalidade, de necessidade com relação ao passado — e tendo já passado, não o poderemos modificar — D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil; esse fato provocou a tristeza de muita gente, e várias tentativas se fizeram para espantar o grande Príncipe das páginas da história. Mas não há jeito. Lá está ele, na colina do Ipiranga, para sempre. Já o futuro é contingente. Depende de vontades livres de homens diversos. Depende de circunstâncias fortuitas no gênero nariz de Cleópatra, ou de confluências de circunstâncias. Russos e americanos se aliaram contra a Alemanha; depois, na Guerra fria, americanos e alemães se uniram contra os russos; agora parece que há aproximação entre russos e alemães e americanos e chineses. Toda a história diplomática do período posterior à II Guerra parece absurda. Se os aliados houvessem desembarcado na Grécia ao invés de o terem feito na Normandia — ponto de vista vencido de Churchill,[31] que menos ingênuo e mais experiente do que Roosevelt,[32] já

[31] Em um Memorandum Secreto, escrito em 1942, Churchill já definia o objetivo da luta do pós-guerra contra o "barbarismo russo", indiferente a qualquer padrão de lei, costumes, diplomacia ou honra até então observado pelo mundo civilizado.

previa os problemas com a Rússia? Provavelmente toda a história de *mittel-Europas*[33] seria diferente. Além do que é vontade livre de pessoas, além do que é produto de mil fatores aleatórios e, se necessários de certo modo, a fusão de tantas correntes a construírem a situação futura torna a previsão impossível; além disso, um cristão deve reconhecer os desígnios da Providência, e, de qualquer modo, há a imensa ignorância em que nos achamos acerca das leis da história. (E se alguém fixa rumos como prováveis, seu conhecimento pode alterar o curso das coisas).

Se o futuro é desconhecido, essencialmente imprevisível, embora possamos estabelecer certas leis formais que determinam a configuração geral das situações vindouras; se não existe — do contrário seria presente —; se não será melhor ou pior (toda situação histórica é ambígua e, de males atuais advirão bens e o contrário) a nossa ação, hoje não será valorizada em função do que está por vir, senão quando isso for pretérito, isto é, já vindo. Condicionar, como fizeram positivistas e, hoje, certos marxistas, o valor de nossos atos atuais a uma situação futura considerada limite e ideal é negar a própria evidência — tal situação pode, simplesmente, não ocorrer. Muitos reacionários foram alvo de protestos liberais por terem mantido a realeza em certos países — hoje sabemos que isso preservou a democracia. E mais, o ideal futuro é projeção do presente — o que almejamos, provavelmente já foi alcançado. O futuro será diferente — compare-se o que se prenunciava na hora do século XX e o que nos deram os 70 anos da centúria... Não é, pois, o que está por vir, o futuro, que condiciona, preforma e dá valor e significado às nossas ações: estas é que criam o futuro. Certamente não somos inteiramente livres — a nossa situação objetiva limita a nossa vontade — mas ela é obra do pretérito. A construção do futuro é condicionada, mas pelo que o passado nos legou e a História é a fuga ao passado, a libertação do passado, — que nunca será definitiva, porém.

Vivemos no presente, no que está aí, no momento que passa; o pretérito, o que já veio, o que já passou nos condiciona; o futuro, o que será, o que se vai passar,

---

[32] Roosevelt (1882–1945) foi um dos grandes responsáveis pela expansão soviética no mundo, porque se revelou ingênuo diante de Stálin, fazendo as maiores concessões, impedindo que o general Patton empurrasse os russos para os limites de sua pátria. Quando Patton quis empurrar os russos para os seus confins, foi repreendido e demitido pelo Governo Americano. Roosevelt confiava ingenuamente nas intenções de Stálin.

[33] Termo alemão que se refere à Europa Central.

o que virá, é apenas uma suposição, um vazio que nada condiciona, nem limita, nem preforma.

Ruptura e continuidade*

Toda situação histórica é nova em face da anterior — do contrário, aliás, não seria "outra" situação, mas a mesma. Esta novidade, porém, de cada situação histórica apresenta-se sob duas formas bem distintas, embora raramente ocorram em estado "puro"; isto é, normalmente, ambas aparecem conjuntamente.

Em primeiro lugar, uma situação história é nova com relação à anterior por *desenvolvimento*. De certo modo, uma já estava contida na outra. Pode ser uma surpresa, mas não há descontinuidade. Assim, quando, numa límpida manhã de agosto vemos o ipê florido, com a sua coroa imperial projetando-se contra o azul do céu, a nossa emoção é grande e rendemos graças a Deus pelo fato de permitir que haja, em nossa dura vida de trabalhos, esses momentos de beleza, que constituem "uma alegria perene." Mas, apesar de ser uma surpresa total, — na véspera nada prenunciava aquele esplendor — não há descontinuidade, pois o ipê, de qualquer modo, existe para expandir-se em flocos de ouro. No resto do ano, é uma árvore discreta, humilde, despretensiosa; por uns dias, porém, é a rainha. Certas situações históricas comportam-se do mesmo modo — é novo, inesperado, livre o fato histórico, sempre, mas, na realidade, estava visivelmente na lógica dos acontecimentos. Podemos explicá-lo e, mesmo, prevê-lo. Há, por assim dizer, uma relação de paternidade e filiação — e, se o filho é diferente do pai, são dois homens, sempre há um fundo comum — "tal pai, tal filho".

Nestes casos, não há ruptura, e sim continuidade, um prosseguimento da ação anterior — a nova situação surge na linha da permanência da anterior, de sua subsistência. São etapas de um mesmo processo.

---

* Revista *A Ordem*, Vol. LXIII, Fevereiro de 1960, n. 2.

Nas situações nascidas da continuidade e permanência, por um simples desdobramento da anterior, quando, afinal, ambas pertencem à mesma unidade cultural, os homens se sentem à vontade e compreendem a relação entre o passado e o presente. Há um certo otimismo, não há incompreensões radicais entre as gerações. Os filhos seguem a palavra dos pais e o conselho dos antigos é a grande voz da sabedoria, predominando "o saber de experiências feito". Reina confiança no futuro, pois sabemos que virá amanhã algo que pode ser previsto a partir do que foi ontem e, naturalmente, podem os homens prevenir-se dos possíveis perigos, pois todos eles são previsíveis, isto é, dependentes das condições gerais estabelecidas, perfeitamente identificáveis. As transformações políticas nascem de reformas, graças a processos de adaptação, de modo que o antigo permanece, mas retificado em face da nova situação. Casos há em que esta procura do novo como desdobramento e florescimento do velho nasce de um esforço consciente de eliminação da ruptura do passado — a Igreja Católica, eis o grande exemplo. A Inglaterra, eis o segundo. E não foi por acaso que coube a um católico inglês — um homem ligado a essas duas experiências — mais ardentemente salientar este fato aqui apontado — o novo como desdobramento do antigo. Trata-se de Newman[34] e suas admiráveis análises do processo de desenvolvimento do dogma.[35] Era uma experiência de inglês, que via o regime parlamentar nascendo lentamente dos conselhos régios, e de cardeal, ao analisar a progressiva atualização de um dogma.

Trata-se, pois, de uma novidade já contida na situação anterior, surgindo normalmente dela, como a flor da árvore. A história do Brasil, pelo menos até 1889,

---

[34] John Henry Newman (1801–1890), sacerdote anglicano convertido ao catolicismo e posteriormente nomeado cardeal pelo papa Leão XIII em 1879. Newman é o mais conhecido dos convertidos ao catolicismo na Inglaterra vitoriana.

[35] Foi a concepção de Newman sobre a ideia do desenvolvimento do dogma que marcou o seu caminho rumo ao catolicismo. Para expor a história do dogma, Newman valeu-se de um modelo biológico ou vitalista, caracterizado essencialmente pela valorização de um crescimento autêntico, com fundamento na interação contínua entre a fé e o seu contexto. Newman estabeleceu alguns critérios que ajudam a acompanhar a evolução do dogma e determinar se se trata de autêntico desenvolvimento ou corrupção da idéia. Para distinguir o desenvolvimento autêntico do dogma cristão das alterações doutrinárias, Newman elencou e testou, nas partes históricas de sua obra, sete marcas de autenticidade, a saber: a preservação do *tipo*, a continuidade dos princípios, o poder de assimilação, a conseqüência lógica, a antecipação do futuro, a força conservadora do passado e o vigor permanente. O desenvolvimento da verdade dogmática é, para Newman, a continuidade substancial do dogma, isto é, seu desenvolvimento orgânico homogêneo. (V. Bernard Sesboüé e Christoph Theobald, História dos dogmas, Tomo 4 - A palavra da salvação. São Paulo, Edições Loyola, 2006, p. 335).

é um exemplo disto: os reis de Portugal, metodicamente, foram dirigindo o desenvolvimento das terras americanas, de tal modo que um dia era o Brasil a mais rica jóia da sua coroa — e o Brasil tornara-se um principado, apanágio do herdeiro do trono. Os Braganças, principalmente, tão logo se viram consolidados, nada mais fizeram senão cuidar do Brasil. No reinado de D. Maria I,[36] o Brasil atingiria tal crescimento, que começaram a surgir rivalidades: os reinóis começaram a ter ciúmes dos americanos. O centro de gravidade do império lusitano transferira-se para o Brasil. Então, "impelido pelos fados", D. João VI transfere a capital para o Rio e, sete anos mais tarde, equipara juridicamente o Brasil a Portugal, como reino unido. Mais sete anos, como reação à rebeldia das Cortes Constituintes, o Brasil se separa, mas graças a uma operação legal, transformando-se o regente do reino do Brasil em Imperador. Organiza D. Pedro I o novo Império em nação constitucional. Afinal, vem a crise e o Imperador abdica — não há ruptura — a Constituição é mantida, a coroa é transferida ao pequenino D. Pedro II, mas emenda-se a Constituição para adotar-se uma espécie de federalismo. Mais tarde, vem a Maioridade e, com ela, o governo parlamentar. Da chegada de Tomé de Souza[37] à Abolição há "um desenvolvimento homogêneo", para usar da expressão dos teólogos.

A novidade, em tal caso, é uma situação nova de uma unidade antiga, é uma nova situação de algo que já preexistia.

No caso de novidade por meio de *ruptura*, a situação é outra: há um corte brusco e a nova situação aparece como uma substância diversa. Por certo que em história nunca há a separação absoluta: ser, em história, é permanecer. Por isto na situação de ruptura, algo permanece; não houve nem jamais haverá ruptura absoluta em história. O ser histórico sempre será persistência — uma ruptura absoluta seria a provocada pela destruição de uma civilização em todos os seus homens e valores, de modo a nascer algo completamente novo no lugar. Neste caso, porém, temos "outra história" — não houve ruptura, descontinuidade, mas sim o fim. A verdadeira situa-

[36] Dona Maria I (1734–1816) foi a primeira mulher a assumir o trono português. Isso aconteceu em 1777, um período conturbado para o reino. Foi afastada do trono em 1792, e, em 1799, declarada louca sem esperança de cura, passando a regência a seu filho, o Príncipe D. João (futuro D. João VI), que já a vinha exercendo de fato.

[37] Tomé de Sousa (1503–1579), fidalgo português, que entrou para a nossa história como o primeiro governador-geral do Brasil.

ção de ruptura num processo histórico é constituída por uma transição descontínua numa unidade cultural que continua. A Revolução Francesa não destruiu a França e fez nascer outro país no mesmo lugar; marcou uma descontinuidade, uma separação na história da França, que, afinal, permaneceu. E sob certos aspectos, conforme muitos autores sempre admitiram, a Revolução completou aspectos da obra do Antigo Regime.[38] Certamente criou um abismo entre o que havia antes e o que passou a haver — mas, de certo modo, completou e atualizou tendências anteriores.

A conseqüência principal da situação de ruptura é a criação de um abismo entre as duas gerações contíguas, ou então entre duas classes ou dois grupos. Passam os homens a usar verdadeiramente línguas diferentes. Ninguém mais se entende. O ódio nasce dentro da comunidade nacional. Há, para usar da terminologia de Toynbee, um verdadeiro "cisma na alma" coletiva.[39] A situação da França, até hoje dividida em metades inconciliáveis: eis um exemplo de semelhante situação.

Referimo-nos às rupturas dentro de uma unidade cultural. Outras há que são rupturas definitivas, que marcam o fim de um processo histórico, "destruições de Tróia" que fundam a noite sem manhã. Aí, a rigor, não estamos diante de uma situação de ruptura, mas de fim. Mesmo nestas, porém, algo permanece — se na ordem dos fatos terminou uma história, na ordem das idéias sobrevive a essência da cultura destruída: os gregos destruíram Tróia, mas um grego, Homero, deu-lhe uma existência mais longa e mais augusta do que lhe dariam todas as muralhas de pedra.

---

[38] Alexis de Tocqueville, por exemplo, encarava a Revolução como a culminância de um processo de mudanças na sociedade francesa. Interpretava a Revolução Francesa como produto último do processo de centralização conduzido pelo Antigo Regime. Ao passo em que todas as grandes interpretações da época, com exceção talvez de Guizot, afirmavam que a Revolução mudou a França, Tocqueville percebeu que ela só foi possível porque a França já havia mudado e o elemento que assegurou a continuidade entre o Antigo Regime e a Revolução foi a centralização administrativa do Estado. (V. Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília, UNB, 1979).

[39] O "cisma na alma" de uma nação é um sintoma premonitório, segundo Toynbee, de um colapso cultural. Ocorre com o crepúsculo não só da legitimidade política (não se sabe quem deve mandar), mas da legitimidade social, aquela crença comum, solidária, na mesma visão de mundo, condicionando toda a vida em sociedade. Ortega y Gasset estudou a fundo o problema, nas páginas vertiginosas do seu livro póstumo, *Una Interpretación de la Historia Universal*, dedicada ao exame das teses de Toynbee. Ortega explica que a legitimidade emana do consenso; A ilegitimidade é a quebra desse consenso. O conjunto das crenças, entrosadas entre si, consubstancia a visão do mundo de um povo. A essa crença total, a essa imagem global do mundo, diz Ortega, os romanos chamavam o "*consensus*". O colapso da legitimidade reflete a quebra desse "*consensus*", dessa visão de mundo na qual todo povo se sustenta e da qual compartilham todas as classes. No corpo social, a divisão ou cisma traduz-se em lutas violentas dos grupos entre si. (V. Gilberto de Mello Kujawski, *Império e Terror*. São Paulo, Ibrasa, 2003, p.16 e 17).

Se a continuidade entre o passado e o presente é mantida naturalmente pela tradição nas sociedades que assistem a um processo constituído por situações de desenvolvimento, nas que sofrem de rupturas, compete ao historiador redescobrir o elo condutor e construir a síntese que harmonizará a cultura dividida contra si mesma, estabelecendo as condições da permanência do ser histórico em meio às contradições produzidas pelas bruscas mutações. Não foi por acaso que o conceito catastrófico da história, como constituída essencialmente por situações de ruptura, tenha sido obra de filósofos que viveram em épocas assinaladas por violentas descontinuidades. Hegel, que viveu num tempo marcado por um verdadeiro terremoto, a atingir todos os povos (o seu curso de Filosofia da História[40] durou, exatamente, o tempo de nosso primeiro reinado), encontrou na dialética das contradições e oposições a origem de todas as explicações.[41] Foi o filósofo da ruptura por excelência. Ora, a Filosofia, é, sempre, fundada no ser.

[40] Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831) escreveu em 1830 os textos que depois constituiriam as suas Lições sobre a Filosofia da História Universal.

[41] A dialética, do ponto de vista Hegel, explica todo o movimento e toda a mudança, tanto no mundo quanto em nosso pensamento sobre ele. Também explicam porque as coisas, assim como os nossos pensamentos, apresentam uma coesão sistemática entre si.

A Irreversibilidade em História*

Toda situação histórica, por si só, por sua mera existência, cria condições novas, de tal sorte que temos estruturas diferentes das anteriores. Pode parecer um acacianismo,[42] mas de fato, é uma realidade muito importante, nem sempre visível. Nós sentimos a "novidade" da situação histórica em sua realidade aparente, mas, geralmente, não vemos, em profundidade, como tudo sofreu alterações radicais e fundamentais. A cada passo que damos na história, estamos criando algo de "novo", de não visto antes. Assim, quem abre uma picada na floresta, vai, de momento em momento, encontrando árvores diferentes, acidentes de terreno insuspeitados, e fatos novos. A História, seja qual for a nossa posição, é sempre um suceder de situações novas, criadas pela própria ação do tempo e da atividade humana.

Um exemplo tirado da política mostra-nos bem o fenômeno que estamos apreciando. Suponhamos um país que esteja às voltas com uma tremenda anarquia, uma desordem total na administração e nas finanças, uma indisciplina generalizada, uma crise moral corroendo o caráter nacional até o íntimo. Para tirá-lo disto, surge um governo rígido, duro, austero. E o povo forçado, por bem ou por mal, a entrar num regime de trabalho, ordem e obediência. Imaginemos que este governo moralizador e organizador consiga ter êxito. No fim de algum tempo, ocorre um paradoxo: os problemas criados pela anarquia foram resolvidos, o país está em perfeita ordem. Mas acontece que a ordem não é tudo, e temos necessidade de outra política, para

* Revista *A Ordem*, vol. LXIV, Dezembro de 1960, n. 6.

[42] De Acácio, personagem do romance O Primo Basílio, de Eça de Queirós. Trivialidade com pretensão sentenciosa, atitude de irrisória gravidade, lugar-comum que lembram o Conselheiro Acácio. Acácio era o lugar-comum em pessoa. Longe estava Eça de saber que a língua portuguesa havia de cunhar o adjetivo "acaciano", precisamente derivado do nome da criatura que por ele nos foi legada.

resolver os problemas nascidos do estabelecimento da ordem — um governo preocupado unicamente com a ordem e só cuidando disto, se continuar, sempre, atuando sobre a sociedade, terminará transformando-se num despotismo intolerável. As novas gerações, que não conhecem a anarquia anterior, e acham banalidade o que fora agradável surpresa para seus pais, começam a aspirar a algo de novo. Basta, para apertar mais o assunto, acentuar um aspecto isolado em nosso exemplo: imaginemos que o período de anarquia anterior tenha tido, muito normalmente, a forma de inflação, e que, para combatê-la, o nosso governante houvesse debelado, rudemente, o caos financeiro. No princípio, evidentemente, seria um alívio; com o tempo teríamos algo de novo e desagradável: a paralisia econômica produzida por uma estabilidade monetária muito grande. Todos pensariam em guardar dinheiro, em lugar de ganhar dinheiro, isto é, de produzir. Em resumo, o doente morreria da cura.

Daí ser a história materialmente irreversível. Cada situação cria condições novas, tanto do ponto de vista material como do ponto de vista espiritual, que impedem o retorno à situação anterior. Um homem pode construir um castelo medieval e nele habitar, por achar bonito: um senhor feudal não construía castelos pelo pitoresco das torres com ameias e barbacã, mas por saber que era essa uma garantia de vida. Talvez preferisse algo totalmente diverso. Um pagão que se tornar cristão, poderá, depois, deixar o cristianismo, mas não volverá a ser um pagão — será, por exemplo, um ateu. Um cristão que perde a fé e, depois, se converte, será sempre um convertido, e não o mesmo cristão que seria se não tivesse conhecido aquelas experiências. A história justifica a frase dolorida de Bloy:[43] "sofrer passa; ter sofrido, jamais". Uma guerra, por exemplo, marca de tal modo um povo que, vinda a paz e recuperada toda a riqueza perdida, fica o sinal no coração dos homens.

Assim, volvendo ao exemplo da picada na mata: ao voltarmos, encontramos um caminho, no lugar onde havia árvores. E se a picada for abandonada, outra floresta nascerá e quem conheceu a primeira, jamais aceitará a nova como idêntica. Para ele, sempre será um trecho da mata profanado pela mão do homem. Pois só um milagre faria nascer as mesmas árvores nos mesmo lugares. E, para quem as conhece,

[43] Léon Bloy (1846–1917), o grande escritor católico, foi um polemista incansável, com uma vida pessoal atribulada pela pobreza e por tragédias familiares.

não há duas árvores iguais. Ora, os homens são ainda mais diferentes do que as árvores...

A História, pois, é um conjunto de situações irreversíveis; cada qual, pelo simples fato de surgir, coloca novas soluções e, portanto, prolonga ainda mais a distância do ponto de partida.

Um aspecto, todavia, deve ficar bem claro: esta irreversibilidade refere-se a situações materiais. As situações formais conhecem a repetição, assim como é possível o fenômeno de renascimento ou de restauração.

A restauração não restabelece a situação anterior, mas sim o seu valor dominante, o seu elemento ordenador. É o retorno de uma forma antiga, organizando matéria nova. Santo Tomás de Aquino, ao retomar Aristóteles, fez uma filosofia diferente.[44] Seria impossível a um frade medieval ser um aristotélico, como se estivera passeando no Liceu. A restauração do Império romano em Carlos Magno[45] criou algo totalmente novo, política e historicamente diferente do que fora o *Imperium*.

Por outro lado, como assinalam muitos autores (Vico, Spengler, Toynbee, para citar os mais conhecidos),[46] todas as culturas passam pelas mesmas fases, o que pode não ser verdade, mas é muito provável. A serem verdadeiras semelhantes teorias, isso não significaria uma repetição de fatos idênticos a si mesmos, mas de situações formais homogêneas. Spengler, com razão, no meu ponto de vista, compara, como fases correspondentes, o período da monarquia barroca com o do século áureo de Atenas, a fase do "absolutismo das polis", como diz. Ora, considerando que a nossa

---

[44] Quando Tomás retoma o pensamento de Aristóteles, engloba-o num conjunto próprio que não só o explicita, senão também e sobretudo o enriquece, renovando-o por uma livre e criadora fidelidade.

[45] Carlos Magno (742–814) ocupa posição de singular destaque na Idade Média como monarca, militar, reformador e estadista cristão. No dia de Natal do ano 800, Carlos Magno foi coroado imperador do Sacro Império Romano pelo papa Leão III.

[46] Vico (1668–1744) — que não teve grande repercussão entre seus contemporâneos —, dizia que, apesar da variedade e da diversidade de costumes, a evolução dos povos tinha uma uniformidade perfeita, a qual passava por três etapas, a etapa dos deuses (as sociedades patriarcais), a etapa dos heróis (as sociedades aristocráticas) e a etapa dos homens (as sociedades da filosofia e das ciências); Para Spengler (1880–1936), cultura e civilização são, no processo de formação social, duas fases análogas à virilidade e decrepitude no processo de evolução biológica. Spengler divide as fases do desenvolvimento espiritual em: Primavera, Verão, Outono e Inverno; Enquanto que as fases de desenvolvimento cultural são classificadas como *Prolegômenos*: período inicial da kultur, período tardio da kultur, e zivilization. A divisão de Toynbee (1899–1975) é a seguinte: I - gênesis da civilização; II - desenvolvimento da civilização; III - desmembramento da civilização; IV - desintegração da civilização.

civilização teve como base o estado monárquico e a civilização antiga a cidade, natural que a fase áurea de ambas as civilizações se caracterizasse pelo apogeu, pelo absolutismo da instituição básica da vida social: o rei, num caso, e a cidade, no outro. São duas histórias diferentes, mas seguindo ritmos formais análogos, correspondentes.

A História, como se apresenta, pois, à atividade científica do historiador, é irreversível, pois o historiador só vê os fatos, como efetivamente ocorrem. Mas ao filósofo da História, que procura ver não apenas o fato como ocorre, mas deseja a explicação do acontecimento dentro de princípios gerais, para ele, a História é sujeita a possíveis repetições, não dos fatos em sua materialidade, mas das situações. Para o historiador, o tomismo foi um fato único ocorrido na Idade Média; para o filósofo, um dos muitos casos de restauração, quando formas culturais antigas são repensadas (ou revividas) por homens de outros céus e de outros climas.

O fato, pois, é que cada situação histórica, pelo mero fato de existir, estabelece condições novas, as quais, por sua vez, vão estabelecendo bases novas para um edifício diferente. Cada fato novo faz, portanto, da História um romance em que os capítulos se tornam progressivamente diferentes.

A Graça e a História*

Nós somente poderemos compreender a História posterior à Redenção, a história deste período significativamente datado a partir do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, conforme a solene forma tabelioa, se a entendermos como a luta entre a Graça, que procura realizar a identificação entre o gênero humano e o Corpo Místico de Cristo, e o Pecado, que procura impedir a efetivação de tal desígnio. O resultado é exatamente um equívoco aparente, aquela troca de papéis e máscaras de que nos fala alhures Maritain, a fazer da História uma realidade aparentemente absurda, mas que somente se torna clara quando temos a distância suficiente para sentir como a Graça conseguiu as suas vitórias, a partir do Pecado. Mais do que nunca vale o nosso provérbio cujo teor filosófico Paul Claudel[47] pôs em evidência "Deus escreve direito por linha tortas". Ao qual acrescentaremos outro, algo acaciano: "Há males que vêm para bem..." São provérbios menos solenes, mas de exatidão maior do que o famoso "*L'homme s'agite et Dieu le mène*"[48] do sempre grandiloqüente Bossuet.[49]

O princípio que deve servir de roteiro ao filósofo no caso da interpretação da História da Cristandade — isto é matéria de filosofia, ao historiador propriamente

---

* Revista *A Ordem*, Vol. LXII, Dezembro de 1959, n. 6.

[47] Paul Claudel (1868–1955), poeta e dramaturgo francês, convertido ao catolicismo no natal de 1886, quando de uma visita à catedral Notre-Dame de Paris. Diplomata, foi ministro plenipotenciário da França no Rio de Janeiro nos idos de 1910.

[48] "O homem se agita, mas Deus o conduz." A frase, erroneamente atribuída a Bossuet, na verdade é de François Fénélon (1651–1715), presente em seu *Sermon sur la vocation des gentils* pregado em 06 de janeiro de 1685, em Paris. [Nota do Editor]

[49] Jacques-Bénigne Bossuet (1627–1704), grande orador sacro, bispo da cidade francesa de Meaux, célebre pelo vigor do estilo e refinada eloquência de seus Elogios Fúnebres.

dito cabendo a procura de causas, próximas ou remotas, no plano da pura causalidade eficiente histórica — pode ser fixado do seguinte modo: como o fermento que levanta a massa, a ação da Graça se faz sentir em todos os planos da existência humana, notadamente no da história, de maneira oculta e secreta, influindo e operando naqueles setores onde encontrar menor resistência. Certamente a ação direta da Graça santificando as almas se faz através dos Sacramentos e dos outros meios estudados pelos teólogos — não é esta a ação do Espírito Santo sobre o mundo que vamos estudar aqui, mas sim a sua ação indireta, de acordo com a doutrina de que a Redenção não se limita à salvação das almas individuais, unicamente, mas tem também o efeito de abolir as conseqüências do pecado no mundo — um mundo de excelentes cristãos, individualmente considerados, que fosse, porém, socialmente pagão, seria um absurdo total.

Daí os dois temas que vamos estudar aqui.

Em primeiro lugar, a ação social e histórica da Graça, se assim se pode dizer; em segundo, os caminhos, por vezes desconcertantes, a justificar o provérbio nosso, que tal ação costuma adotar.

Como é óbvio e conhecido por todos, o Cristo veio ao mundo redimir a Humanidade, e não reformar a sociedade. O Evangelho não é uma doutrina política. O pecado dos fariseus consistiu, como sabemos todos, no caráter *carnal* que atribuíam à vinda do Messias: o restabelecimento do reino de Israel, politicamente considerado. O reino de Israel, o Império Romano, a Comunidade de Nações Britânicas são, em si mesmas e tomando as realidades em suas dimensões absolutas, de nenhuma importância no plano do Reino de Deus, que não se confunde com nenhum reino da terra. A Igreja, que é o Corpo Místico do Cristo, não se confunde com qualquer espécie de Estado, regime ou civilização. Basta um exemplo: o caráter mediterrâneo da Igreja primitiva, europeu da Igreja medieval, americano da Igreja de nosso tempo e, quem sabe?, africano ou asiático da Igreja do ano 2500. Este deslocamento do povo cristão, constituído, a princípio, pelos povos levantinos ou italianos e, hoje, por brasileiros, norte-americanos, argentinos, mexicanos, em número maior ao dos europeus,

mostra visivelmente como a Igreja não se prende a nenhuma estrutura social, histórica ou política definida.[50]

Se a Igreja, como Corpo Místico de Cristo, não se liga a qualquer estrutura social, histórica ou política definida, o cristão não é indiferente diante do mundo. Se o grande preceito é o de amor ao próximo, se em cada homem devemos ver o Cristo, se a ofensa feita ao pobre é diretamente recebida pelo Cristo, conforme se lê claramente no Evangelho de São Mateus 25, 31-45, se são bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, como aceitar o cristão indiferente às realidades sociais? Todo sofrimento é conseqüência do Pecado Original, é a sua marca. Se aceitamos a presença do mal, se não procuramos lutar contra ele, estaremos cumprindo o nosso dever de Amor? Certamente é belo dar esmola ao pobre; mas se descobrirmos um meio de acabar com a pobreza em si mesma, de modo a não haver nenhuma pessoa necessitada de mendigar, não estaremos indo diretamente ao fim prescrito? A idéia é de Santo Agostinho: abolida a pobreza, ficaremos sem oportunidade de praticar algumas obras de misericórdia, embora não todas, pois sempre haverá sofrimento no mundo. Então a Caridade será mais perfeita, uma vez que é difícil o Amor entre pessoas de condições muito diversas — uma certa igualdade é condição de um verdadeiro amor. E sejamos francos: haverá, mesmo, caridade, amor fraternal, entre o que dá esmola e o que recebe? Além de alguns santos — e dos maiores — na maioria dos casos, nem tanto. Na verdade, o que ocorre é bem o contrário.

O fato, que ninguém poderá contestar, é que o cristão não ficará indiferente à injustiça do mundo. Conforme o caso, volverá ao pobre individual e procurará resolver os problemas isolados, sem considerar a ordem social. Nem sempre, aliás, as pessoas possuem a visão sociológica necessária para considerar as causas sociais dos males individuais. O cristão, todavia, mesmo aquele que formalmente perdeu a Fé e vive fora da Igreja, não poderá ver impunemente o triunfo do mal. Reagirá, sempre, de um modo qualquer.

Volvendo à velha e famosa comparação do Sol e da Lua, podemos dizer que a ação da Graça, diretamente, pela Igreja, por meio dos Sacramentos, é como a luz do Sol, que ilumina diretamente a terra; a ação da Graça, indiretamente, nascida da nova

[50] Deve isto ficar bem claro que se refere à composição étnica do povo cristão, isto é da área cultural atingida pela Igreja. Trata-se de uma verificação puramente histórica. [N.A.]

consciência dos problemas e da repercussão das virtudes sociais, que a Graça faz nascer nos corações dos homens, é como a luz da Lua, que ilumina por reflexo da luz solar.

O fato, pois, é que o Cristianismo transformou a terra.

Mas acontece que as circunstâncias mais diversas, que podem ser apreciadas em casos concretos, impedem que, em certas ocasiões, os cristãos vejam "quem é o meu próximo". E temos, então, a parábola do Samaritano reproduzida exatamente — isto é, o samaritano, o estrangeiro, o de fora, cumprindo o dever que devia caber ao cristão. De outras vezes, vemos interrupções do mal conduzidas à realidade final do bem — dentro da fórmula claudeliana — de modo a servir a história de violento processo de destruição de um mal por outro.

A Revolução Francesa servir-nos-á de exemplo dramático desta paradoxal utilização do mal para o bem. A função religiosa instrumental do Estado, que vinha da Idade Média, e prestara excelentes serviços numa sociedade sacral e enfrentando difíceis problemas de ordem política e social, afinal degenerara em regalismo,[51] agravado, por sua vez, pelo jansenismo. Raramente a Igreja conheceria uma época de igual pobreza de grandes figuras ilustres: Santo Afonso de Ligório[52], de certo modo, seria o único "grande homem" da Igreja. Abusos se infiltravam por todos os lados e não há necessidade de recordar fatos tão conhecidos. Uma reforma seria impossível, pois o Papa não tinha autoridade fora de seus domínios temporais e sofria pressões terríveis vindas de todos os governos. Era o período das "monarquias vicariantes" — cada rei era um vice-papa e aplicava os seus poderes de acordo com as conveniências políticas.

Se considerarmos a situação brasileira, vemos fielmente o resultado da situação: um clero secularizado, padres discípulos de Rousseau — o cônego Vieira, da

---

[51] No século XVIII as monarquias católicas pretenderam o controle da vida eclesiástica, movimento que ficou conhecido como *regalismo*, o que fez com que o Papa perdesse parte de seu poder político. Os regalistas pretendiam fazer da Igreja um serviço público subordinado ao rei e integrante da administração do Estado. O regalismo fora uma conseqüência da reforma protestante, que estabelecera igrejas nacionais, dirigidas pelo rei absoluto, admitindo assim a possibilidade de ingerência do rei em questões religiosas.

[52] Santo Afonso Maria de Ligório (1696–1787), bispo católico italiano que se destacou como escritor espiritual, teólogo e moralista. Por seus preciosos ensinamentos doutrinários foi declarado doutor da Igreja.

Inconfidência, leitor de livros enciclopedistas, frei Caneca[53] a defender o *contrato social*, Feijó jansenista, regalista e liberal...

Quem poderia reformar a sociedade cristã? O Papa? Não; pois seu poder não ia além dos seus estados. Os governos? Não; pois tudo aquilo lhes era útil. E talvez não tivessem força para destruir os privilégios, como aconteceria com Luiz XVI. Somente Deus, por uma intervenção direta: a impiedade auxiliada de tantos abusos, que serviam como comprovação de suas assertivas, pela caricatura da Igreja que os homens tinham diante de si, não a túnica inconsútil, mas uma colcha de retalhos, lançou os homens contra toda a estrutura social vigente: a Igreja, a monarquia absoluta, os restos do feudalismo. E, logo, a Igreja do século XVIII que possuíra até então uma grande figura, Santo Afonso, passou a ter, imediatamente, santos e mártires e apologistas leigos, de valor, posto que de idéias discutíveis, como Maistre, Bonald,[54] Chateaubriand...[55]

Quando a tempestade serenou, a paisagem era completamente outra e tornara-se patente que a face religiosa da França se renovara completamente. Estávamos diante de um outro mundo. Naturalmente muitos equívocos se sucederam, como, em nosso século, o "combismo",[56] retardada manifestação das idéias do século XVIII. Na verdade, o que pretendia Voltaire? Destruir a Igreja; na realidade a sua ação destruidora não atingiu o essencial, mas o acidental, o que era apenas material acumulado pelos séculos. Movido pelo Inimigo, valeu-se das sombras da noite para incendiar o velho casarão que, guardando um ar simpático de velha morada ancestral, não mais servia para altos fins. O Dono da Casa, ao ver o terreno limpo e desimpedido, cons-

---

[53] Frei Caneca, que fora implicado na Revolução Pernambucana de 1817, manifestou-se contra o projeto constitucional que não se amoldava ao *contrato social* rousseauniano, do qual fizera seu evangelho político.

[54] Segundo Louis de Bonald (1754–1840), a razão humana não tem condições para chegar até a verdade. Para ele, a tradição era entendida como garantia da ciência, dos princípios do conhecimento e da própria razão. Seu tradicionalismo rígido é viciado pela asserção da impossibilidade da gnosiologia, da metafísica e da ética filosóficas. (V. Stanislavs Ladusâns, *Gnosiologia pluridimensional.* São Paulo, Edições Loyola, 1992, p. 109).

[55] A aliança entre revolução romântica e religião cristã data de François-René de Chateaubriand (1768– 1848); *O Gênio do Cristianismo* influencia toda a literatura missionária do século XIX e, por vezes, além dele.

[56] A expressão "combismo" é derivada do nome de Émile Combes, político francês, presidente do Conselho de Ministros (1902–1905). Sua política anticlericalista provocou a ruptura entre o governo republicano e a Santa Sé.

truiu um grande edifício no lugar, sendo assim beneficiado pelo gesto do *inimicus homo*. Isto acontece muitas vezes no plano meramente político e social: os bombardeios alemães arrasaram os pardieiros de Londres, conservados como excelentes fontes de renda, e que nem os proprietários nem os governos tinham coragem ou força para demolir. A reconstrução permitiu grandes soluções em matéria de urbanismo. Hitler, sem o querer, estava executando os trabalhos preliminares para a solução de alguns problemas sociais graves de Londres...

Este exemplo pode ser confirmado por outros, ao infinito...

"Há males que vêm para o bem". Talvez todos.

Um curioso equívoco*

Tenho observado que, normalmente, as "esquerdas" (entendendo-se por isto os que pretendem modificar a ordem de coisas em vigor) e as "direitas" (isto é, os que não pretendem semelhante mudança) costumam cometer o mesmo equívoco, reagindo de maneira idêntica em face do comportamento popular a respeito dos valores políticos. A fonte deve ser Rousseau (*Du Contrat Social*, 1. III, c. VI). O princípio geral é o de que o povo sendo livre de escolher designará os mais devotados ao bem comum e, obviamente, os mais "avançados".

O equívoco é completo e podemos ver com muitos exemplos.

Ficarei, porém, na colocação geral do problema. Aliás, o mesmo Rousseau, ao discutir o difícil problema da vontade geral, diz tais e tantas coisas, algumas até bem sensatas que, se formos aprofundar o tema, chegaremos à conclusão de que, sendo a divisão partidária um mal, pelo fato de substituir vontades particulares de partidos à vontade geral, e como a formação no seio do povo de uma *vontade geral* é algo absurdo (a menos que se use da violência psicológica) só há um meio de conseguir-se uma *vontade geral* bem nos termos de Rousseau — um rei absoluto, inteligente e capaz, que se identificasse completamente com o interesse público. O que pode ser difícil, mas não é raro.

Mas volvamos ao tema.

Todo o liberalismo, mesmo em Rousseau, cometia um duplo erro que envenenou muita coisa excelente que havia ali. Aliás, disse "mesmo em Rousseau" exatamente pela questão da "vontade geral" que, de certo modo, o imunizaria do equívoco. Mas, não muito.

---

* Suplemento Literário, *O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1965.

Primeiro equívoco: os liberais (ou muitos deles) não compreendem que os fins próprios do Estado, isto é, o Bem Comum, distinguem-se dos objetivos particulares dos cidadãos. Pode até contrariá-los. Basta recordar os casos comuns de impostos, de guerra etc.

Muitas vezes o interesse público exige que se desagrade ao povo. Dizia Louis Betrand[57] que os reis fizeram a França, mesmo contra a vontade dos franceses, por vezes. Qualquer pessoa sabe que governar não é fazer o que agrada ao povo, mas o que lhe é vantajoso. Há um exemplo banal: a previdência social. Todos a criticam — constantemente trabalhadores formulam um cálculo, rigorosamente exato, segundo o qual, se houvessem, com as contribuições pagas, realizado seguros de vida em empresas particulares, teriam um seguro maior, esquecidos, aliás, de que as companhias particulares não reajustam o valor dos seguros segundo a taxa de depreciação da moeda e a previdência social, sim. O importante, porém, não e isto: é que trabalhadores, e mesmo pessoas de rendimentos maiores, não se preocupam em fazer seguros particulares. Se, de fato, fosse um hábito generalizado o do seguro de vida, se todas as pessoas fizessem estes seguros, elevando-os conforme os seus salários, é claro que a previdência social poderia ser dispensada. Mas...

Nem sempre, está é a verdade, o povo prefere a melhor solução, a que consulta de maneira mais positiva seus interesses, ou que serve mais à liberdade. Já fora assim em Atenas e Roma. Entre os judeus — o povo eleito pediu um rei, embora Samuel, um republicano, tivesse mostrado que, para eles, um rei somente traria estorvos.[58] Ele conhecia os pequenos déspotas orientais — mas o povo queria ter um rei.

O desconhecimento dessa verdade, que os fatos demonstram dia a dia, tem provocado, nos grupos que se consideram conservadores e nos grupos que se dizem progressistas, a mesma reação — o povo, principalmente a parte mais numerosa, está necessariamente do lado do Progresso, da Liberdade, e de outros valores que os gru-

[57] Louis Bertrand (1866–1941), escritor, historiador e membro da Academia Francesa. Escreveu a vida de Luís XIV, o Rei Sol, monarca absolutista francês.

[58] A origem da monarquia em Israel é narrada nos livros de Samuel.

pos que numa determinada época se dizem de esquerda, apreciam; os conservadores, por sua vez, temem o povo.

Essa maneira de pensar, que vamos documentar com três exemplos clássicos, são tão comuns que a maioria não consegue entender a posição de D. Pedro I na História do Brasil — creio que, para muita gente, seria um alívio se um dia um historiador ousado fizesse como o herói de João Guimarães Rosa e exorcizasse o Imperador da História, e fosse publicado o livro tranqüilizador — D. Pedro I nunca existiu. De fato, como compreender o fato absurdo — a revolução liberal foi liderada por D. Pedro de Bragança e Bourbon?

Mas a questão vinha de trás. Os reis, nos séculos XVI e XVII, haviam feito uma revolução: a criação do Estado, pela destruição do feudalismo. A coisa começara, aliás, em Portugal com D. João II.[59] Com isto surgira um problema novo: a transferência para o poder central de infinitas atividades que, até então, estavam a cargo de corporações populares, como as câmaras municipais, da Igreja, etc. Sendo a realeza o instrumento de semelhante transformação, o natural seria entregar ao rei a gestão dos interesses comuns. Mas, isto não produziu resultados muito satisfatórios, ainda mais que houve, como conseqüência do processo, o aparecimento do Povo. As nações se unificaram, as atividades econômicas se alargaram — novas exigências surgiram no campo da política. Os ingleses resolveram logo o problema entregando o controle do governo real à câmara dos comuns, das comunas...

Em outras partes vieram as revoluções. E todo mundo começou a discutir o problema da limitação do poder dos reis pelas constituições. Se analisarmos a história das instituições verificaremos uma coisa muito curiosa: as constituições, se de certo modo limitaram o poder do Estado em geral (garantias individuais, por exemplo), não limitaram o poder próprio dos reis, já que, em muitos casos, as constituições entregaram aos parlamentos atribuições que já eram das Cortes Gerais, de câmaras municipais e, ou mesmo, de ninguém, isto é, atribuições novas, recentemente adquiridas. Vamos ver mais claro: a entrega do Poder legislativo a uma assembléia não pode ser considerada, rigorosamente, uma limitação do poder real — segundo os melhores tratadistas, a idéia de um rei fazendo leis era algo impensável para a menta-

[59] D. João II (1455–1495) foi o principal obreiro da centralização do poder em Portugal.

lidade medieval. Aplicavam-se costumes, o direito romano, etc. É claro que, na Península Ibérica, com a sua prematura descoberta do Estado, já existiam Códigos, como as nossas *Ordenações* e as *Sete Partidas*.[60] As constituições, esta a verdade, decidiram em favor dos parlamentos a questão que então surgira: os novos poderes do Estado são do rei ou do parlamento?

O resultado é que passamos a ter ao longo do século XIX uma luta curiosa — os liberais contra os reis e a desconfiança do povo por parte dos defensores do poder régio. Um ou outro Benjamin Constant[61] compreenderia o problema: o rei era o poder neutro, e não o antipovo.

Perderiam os reis com a transformação da realeza numa judicatura suprapartidária, numa suprema inspeção, do poder moderador? Ganharam muito, esta a verdade. Para começar, conservaram a coroa. O sistema parlamentar permitiu que a monarquia enfrentasse uma crise inevitável, a do controle do executivo pelos partidos. A pura separação de poderes, como queria D. Pedro I, com o Imperador chefe do governo, e um parlamento, legislativo, conduziria a um beco sem qualquer saída. Aliás, mesmo em presidencialismo a coisa é inviável — não obstante ser o presidente eleito. Jamais funciona o puro presidencialismo — há uma série de *pontes* entre o Executivo e o Legislativo (algumas bem suspeitas...) a fim de abolir-se o absurdo político da separação absoluta dos poderes.

O fato é que, com o parlamentarismo, os reis podem influir decisivamente na política — e isto depende muito das pessoas, é claro — e agir na medida do necessário e do conveniente.

Hoje, sabemo-lo bem: o governo, nos países parlamentares, possui um poder tremendo. Alguém já definiu a situação real, na Inglaterra hodierna, como a "vingança da Coroa".

---

[60] As *Ordenações* e as *Sete Partidas* são códigos jurídicos compilados na Península Ibérica. A primeira foi feita sob o manto dos reis de Portugal no séc. XV; a segunda, datada do séc. XIII, no reinado de Afonso X, rei de Castela.

[61] Benjamin Constant de Reberque (1767–1830), constitucionalista, político e literato franco-suíço, sugeriu uma distinção entre o poder do rei, neutro, e o poder do executivo, ativo. Esta distinção possibilitava estabelecer uma ponte, não para o futuro, mas com o passado. Benjamin Constant, preocupado em opor uma barreira aos excessos institucionais da Revolução Francesa, particularmente quanto à influência de Rousseau, formulou a doutrina que, segundo sua concepção, permitiria passar da não mais desejada monarquia absolutista para a monarquia constitucional, ou seja, a monarquia limitada. Nesse contexto, formulou e desenvolveu a teoria do poder moderador — poder real, neutro, inviolável, inconfundível com o poder ministerial, responsável perante a Nação.

E os enganos acerca das eleições?

Os elementos conservadores sempre combateram a extensão do sufrágio — os reformistas, a pleitearam. E como ambos erraram... As massas são conservadoras, não somente em virtude do número (é mais fácil convencer de uma novidade a um pequeno grupo do que a todo o mundo) mas pelo fato de que as pessoas pobres são mais tímidas e respeitam mais a autoridade. São os grupos de elite que fazem as revoluções — o povo é conservador. Mesmo no Brasil temos prova disto: a Lei Saraiva,[62] elevando o *censo*, instituindo distritos urbanos, supra-representando as classes urbanas, criou o clima das reformas liberais; a República, com o sufrágio universal, garantiu o poder aos senhores rurais. (Vejam-se os acurados estudos do ministro Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, Enxada e Voto*).[63]

E o voto feminino? Todos os defensores das idéias tradicionais o combateram — e, em toda parte, o voto feminino veio reforçar o poder político da Igreja.

[62] O Conselheiro Saraiva, daí a denominação Lei Saraiva, foi o responsável pela reforma e encarregou Rui Barbosa de redigir o projeto da nova lei eleitoral. A Lei no. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que reformou a legislação eleitoral, aboliu as eleições indiretas, que vinham sendo adotadas no Brasil desde 1821, ou seja, durante sessenta anos.

[63] O magistrado Victor Nunes Leal (1914 – 1985) foi Chefe da Casa Civil do presidente Juscelino Kubitschek, consultor da República e procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Sua tese, O município e o regime representativo do Brasil (1948), foi publicada em livro com o título *Coronelismo, Enxada e Voto*. A obra foi um dos marcos inaugurais da moderna ciência política no Brasil.

O mito do herói-salvador*

Gostaria de fazer um apelo veemente a todas as pessoas que ainda acreditam na razão, que consideram o homem um animal racional: extirpemos de nosso meio o mito do herói-salvador.[64] Já são mais de trinta anos que vimos sofrendo às mãos dos heróis-salvadores, sem esperança de solução, pois de cada um que nos livramos, nascem outros, já que permanece a causa, a crença de que virá certo homem extraordinário, o qual abolirá todos os males, trará a completa e perene felicidade. Este homem do destino, tomando as rédeas do poder — e quanto mais poder tiver melhor, pois assim terá mais oportunidades de realizar coisas maravilhosas em número maior — instituirá a idade de ouro e o fim de todos os males.

O cristão devia estar prevenido contra o mito do herói-salvador, não somente pela doutrina do pecado original — homem, seja quem for, é pecador e sujeito a enganos e erros de toda sorte — como também e principalmente pela condenação formulada pela Igreja às doutrinas milenaristas, cuja vítima

---

* Suplemento Literário, *O Estado de S. Paulo*, 26 de maio de 1962.

[64] Segundo João Camilo, o mito do herói-salvador encerra um messianismo político-religioso: "A velha tradição de confundir religião e política contribui, em nosso tempo, para uma calamidade nova: a crença de que virá um homem ou um acontecimento que resolverá todos os problemas, que nos salvará. É uma redenção política. A idéia de salvação e de redenção é mística, não política. Nenhum governo nos salvará; se for bom resolverá os problemas políticos. Mas, esta mística do salvador encarnado num rei (ou principalmente, num ditador) conduz a esperanças loucas e nos afasta das soluções mais pedestres e justas. Creio que esta é a razão pela qual as pessoas, principalmente jovens, demonstram tão pouco interesse pelas soluções políticas mais interessantes que temos em nosso tempo e se entusiasmam pelo primeiro ditador que aparece." (João Camilo de Oliveira Torres, *Tribuna da Imprensa*, Previdência e Reforma Social, 26 de junho de 1961).

derradeira e das mais ilustres seria o nosso Vieira. O cristão sabe que a história será sempre um tecido de males e bens, de luz e de sombras, e que no dia do Juízo é que o joio será separado do trigo. Até lá, ambos crescerão juntos.

Mas, seja qual for a nossa posição filosófica e nossa explicação acerca da origem do mal no mundo, um fato é verdadeiro: ninguém pode ter um poder ilimitado, pois dele abusará fatalmente. Guardo na memória a mais antiga das lições de filosofia política que recebi, quando meu avô, Luiz Camillo de Oliveira Penna, certa vez me disse: "Se os homens fossem perfeitos, o governo ideal seria a monarquia absoluta; mas, como os reis são conduzidos a erros e crimes, convém que existam constituições e limitações ao poder". Reconheço que a lição do velho itabirano foge da tendência corrente, de supor o Poder um mal, e que não existira num estado de perfeição. Mas, não nos esqueçamos de que há um bem comum, distinto dos bens individuais, e que, seja como for, deve ser procurado. Mas, num mundo de homens pecadores, que é o existente, há o perigo da tirania. Num mundo de santos, o rei cuidaria da coisa pública — (a monarquia, identificando os interesses da dinastia ao do Estado, faz da coisa pública a coisa particular do rei) e os cidadãos particulares cuidariam de seus negócios privados. Mas, repito, há o pecado e por isto inventamos o regime legal. Aliás, a velha monarquia absoluta não conhecia o poder ilimitado — o poder dos reis absolutos era muito menos absoluto do que se pensa. Havia limitações costumeiras, limitações legais, influência da Igreja, privilégios de corpos profissionais, etc. Assim mesmo deu no que sabemos.

O governante — seja qual for o regime político e o sistema de governo — está sujeito a erros e enganos de toda sorte. Mesmo honesto, competente, bem informado acerca das questões do momento, ele errará; e se não errar por si, será induzido a erro por influência de partidários, parentes, compadres e a apaniguados — que existem em todos os tempos, lugares e situações. Um governante de pretensões moderadas, enquadrado num corpo de instituições,

procurará a via média e resolverá alguns problemas: o herói-salvador quererá resolver tudo e, na certa, terminará criando novos problemas.

Mais ainda: somente são válidas as soluções específicas e um administrador atilado saberá enfrentar cada problema a seu modo, adotando, por vezes, atitudes contraditórias. Daí o inconveniente do intelectual em política ou, pelo menos, do homem que pretende fazer política com espírito de sistema, como um intelectual escreve um livro. Uma obra literária deve ser coerente e sistemática; a política deverá ser um processo de adaptação a circunstâncias concretas, irredutíveis umas às outras. Um modelo de livro é a *Suma Teológica* — ao longo das infinitas páginas de texto, uma única idéia vai-se afirmando e todas as partes se inserem harmoniosamente, rigidamente, de tal modo que uma questão isolada qualquer se encaixa exatamente dentro do esquema geral. Um modelo de política é a Inglaterra, com todas as úteis e benéficas incongruências que fazem do governo britânico uma maravilha genial. O genial em Santo Tomás é a coerências; o genial na política britânica é a incoerência... Ambos dão certo exatamente por esse motivo...

Não estou fazendo paradoxo — nem sou destas coisas. Estou dizendo uma verdade chã e de senso comum: a política é o campo da prudência e esta nos ensina a resolver cada caso a seu modo. Toda política sistemática é absurda — como nunca houve um monarquista tão rigorosamente lógico e coerente que propusesse a hereditariedade de todos os cargos sociais, nem o liberal que os quisesse todos eletivos; nem o tecnocrata que pretendesse submeter a concursos todos os pretendentes. Assim, há questões que exigem soluções "socialistas", outras que pedem remédios capitalistas. Ora, o herói-salvador quererá salvar tudo e, pois, partirá de seus princípios e tudo chamará a si, na mesma linha de conduta.

Outra questão: a solução de um determinado problema político implica no aparecimento de outro, oriundo da mesma solução. Em política, o remédio contém em si o germe da doença contrária. A política é uma estranha

medicina que cura pela inoculação de micróbios de outras doenças. A luta contra a inflação, se levada muito avante, criará uma situação de depressão; a luta contra a anarquia termina sendo o começo do despotismo, e a libertação acaba conduzindo ao caos. Daí ser absolutamente necessária a alternativa de partidos, que, além da solução desse problema, resolve outro, menor: todos nós temos soluções para todas as questões, algumas boas, outras más. De modo que, se um partido ou governante quiser aplicar todo o seu programa, acabará cometendo enganos fatais. Daí a conveniência da alternativa, para evitar que o programa seja executado em sua integridade.

Isto, enfim, leva-nos ao coração do problema: não devemos esperar um homem singular, nunca visto, um herói-salvador, por duas razões, além da, muito evidente, de não haver o super-homem senão nas histórias de quadrinhos (temos, apenas, políticos comuns, mais ou menos inteligentes, que conseguiram, pela força da propaganda e de sua capacidade, despertar entusiasmo, apaixonar multidões facilmente impressionáveis das grandes cidades modernas):

> *a)* Nenhum homem nos salvará, pois não há salvação política: haverá bons governos, uma relativa paz, abundância, liberdades, etc. — nunca a idade de ouro. “Sempre haverá pobres entre vós”. A Suécia aboliu a miséria econômica, sem prejuízo da liberdade política: e passou a conhecer uma crise profunda, de ordem espiritual, proveniente da falta de vida religiosa.[65]
>
> *b)* Os problemas políticos de qualquer país, normalmente, não exigem golpes de gênio para sua solução. Bom senso e boa equipe de auxiliares capazes e competentes — coisa que pode ocorrer em qual-

---

[65] Cabe lembrar que a Suécia atual é considerada um dos países mais secularizados do mundo. A grande maioria dos que são batizados na Igreja sueca sentem pouca identificação com a Igreja. Entre os cristãos, 63% se dizem “religiosos a seu modo” e só 9% dos indivíduos se declaram "cristãos praticantes". (V. Álvaro Barreiro, *Itinerário da Fé Pascal.* São Paulo, Edições Loyola, 2001, p. 74); Sobre o problema da secularização João Camilo já alertava em 1960: "Não podemos pensar em fazer uma grande nação sem uma base religiosa sólida." (João Camilo de Oliveira Torres, Reforma de Sistema, 29 de outubro de 1960).

quer parte, eis o de que se há mister. No caso brasileiro, convém recordar, não há uma crise espantosa, a exigir milagres. Temos uma inflação séria — e mil governos já resolveram questões de moeda, no Brasil inclusive. Temos desequilíbrios regionais, entre Norte e Sul, entre campo e cidade; isto não representa um desafio à nossa capacidade — todos os dias providências se tomam para a sua solução, como construção de estradas e criação de indústrias regionais. Há deficiências em matéria de escolas e hospitais — mas isto não representa um bicho de sete cabeças. Há um certo desequilíbrio produzido por uma industrialização rápida (a Revolução Industrial viu coisas muito piores, nem tem comparação...) e uma sobrecarga nos orçamentos públicos e particulares, em conseqüência da realização de programas governamentais exagerados — basta citar a construção de Brasília, que, como a de Belo Horizonte, responsável pela crise financeira crônica de Minas Gerais, não ficou "de graça" — mas tudo isto tem remédio.

E o pior do mito do herói-salvador é que torna impossível qualquer governo sensato e autenticamente benéfico, pois o povo esperando milagres, e estes não se dando, revolta-se contra um governo realmente digno e operoso, mas que fez o possível e somente o possível.

O século XIX legou-nos uma verdade que não devíamos desprezar: o fundamento da liberdade é a soberania da razão, nunca a soberania da vontade — seja do povo, seja do rei, seja de um homem de gênio...